

Anexo 16 – Transcrição

Transcrição Audiência Pública Projeto Anitta
Araçuaí-MG - 29/04/2025

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Boa noite a todos. Vamos dar início à nossa audiência, mas antes de abrir, a gente tem alguns recados para vocês. Agradecer ao pessoal do apoio, agradecer a todos vocês que estão aqui. Eles vão passar umas regrinhas de segurança para a gente começar a nossa audiência da melhor forma.

Sandra Ribeiro (Atlas Lítio): Senhoras e senhores, boa noite. Sejam bem-vindos à audiência pública do Projeto Anitta. Meu nome é Sandra Ribeiro, sou técnica de segurança do trabalho. Estou aqui representando a Atlas Lítio. Para sua segurança e tranquilidade, pedimos atenção às seguintes orientações de segurança. Este local conta com saídas de emergências finalizadas nas laterais.

Em caso de necessidade, mantenha calma e dirija-se às saídas mais próximas, seguindo as placas indicativas. Em caso de quedas de energia, geradores auxiliares garantirão iluminação adequada e evacuação segura. Mantenha calma e aguardem instruções da organização.

Há extintores de incêndios posicionados em pontos estratégicos por todo o local. Conforme as normas de segurança. Contamos com apoio da equipe de segurança privada e apoio da Polícia Militar de Araçuaí, garantindo a ordem e o bem-estar de todos. Em caso de qualquer situação suspeita, procure um agente de segurança ou policial uniformizado. De antemão, agradecemos a disponibilidade da Polícia Militar de Araçuaí por cobrir o evento.

Uma ambulância com equipe médica está de prontidão para qualquer eventualidade. O posto de atendimento médico está localizado na entrada do evento, devidamente sinalizado. De antemão, gostaríamos de expressar nosso sincero agradecimento à Secretaria de Saúde de Araçuaí pelo cuidado e atenção ao bem-estar de todos.

A segurança de todos é a nossa prioridade. Agradecemos sua atenção e desejamos um excelente evento.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Obrigada. Antes de dar início à audiência propriamente dita, a FEAM gostaria de comunicá-los que recebeu, na data de hoje, duas recomendações de não realização da audiência pública, que nós vamos ler aqui para os senhores, com o nosso posicionamento institucional.

A primeira recomendação foi do MPF. A gente não vai ler na íntegra, mas temos os documentos, caso alguém se interesse por vê-los. Vou logo direto às recomendações. O MPF, deixa eu ler. O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República... Mais fácil sem o óculos. O MPF, por meio do Procurador da República, que subscreve essa recomendação, que é o doutor Helder Magno da Silva, ele recomenda o seguinte. Que se suspenda a realização da audiência pública marcada para 29 de abril de 2025, no interesse do projeto Anitta, processo SLA 4709/2024 e SEI 2090.01.0001026/2025-05, até que se realize o apropriado procedimento de consulta prévia, livre, informada e de boa-fé aos povos e comunidades tradicionais, notadamente as comunidades quilombolas, de Giral e Malhada.

Recomenda ainda, no exercício do poder, dever administrativo de autotutela, se adote medidas cabíveis para revisão, anulação e saneamento das decisões administrativas anteriores que deferiram ou concederam licenças, autorizações ou anuências ambientais no âmbito do processo de licenciamento ambiental do Projeto Anitta, antes da realização da necessária consulta prévia, livre e informada aos povos e comunidades tradicionais afetados e sem a respectiva consideração como sujeitos de direito legitimamente interessados em tão importantes deliberações.

Por fim, adote o apropriado procedimento de consulta prévia, livre, informada e com boa-fé antes de serem tomadas quaisquer novas decisões, tais como licenças ou autorizações, que possam afetar interesses, bens ou direitos a todos os povos e comunidades tradicionais afetados, considerando-se para tal fim a respectiva autodeclaração, em especial das comunidades quilombolas do Córrego Narciso do Meio, Giral e Malhada Preta, Arraial dos Crioulos e Baú, e ainda as comunidades de Coatis, Igrejinha São Vicente, Corguinho, Santa Rita de Cássia, Barriguda de Cima, Barriguda do Meio, Santa Luzia do Tombo, Brejo do José Vitor, Santa Maria, Lajinha, Neves, São José das Neves, Tesouras de Cima, Tesouras do Meio, Palmital, Calhauzinho, Passagem da Goiaba, Aguada Nova, Salitre, Curruto, São Pedro do Córrego Narciso, Córrego do Narciso de Baixo, garantindo-lhes o fornecimento de informações completas e acessíveis e a participação plena e efetiva de todo o processo.

Vamos ver agora na sequência a resposta à recomendação emitida pela FEAM.

Jeiza Fernanda Augusta de Almeida (FEAM - Assessoria Regimental): Resposta da recomendação emitida pela FEAM, destinada ao Gabinete FEAM. Senhora Chefe de Gabinete, cumprimentando-a cordialmente, acusamos o recebimento do Ofício PRMG NTHMS nº 4160, de 2025, que encaminha a recomendação do MPF nº 15, de 28 de abril de 2025, inquérito civil 122000-04558/2022-65, a qual sugere a SEMAD e a FEAM pelos fundamentos expostos nos documentos que:

a) suspendam a realização da audiência pública marcada para dia 29 de abril de 2025, no interesse do Projeto Anitta, processo SLA 4709/2024 e SEI 2090.01.0001026/2025-05, até que se realize o aprimoramento do procedimento da consulta prévia, livre, informada e de boa fé aos povos e comunidades tradicionais afetados;

b) No exercício do poder dever administrativo de autotutela, adotem as medidas cabíveis para revisão, anulação e ou saneamento das decisões administrativas anteriores e defiram ou concederam licenças, autorizações ou anuências ambientais no âmbito do processo de licenciamento ambiental do Projeto Anitta, processo SLA 4709/2024 e SEI 2090.01.0001026/2025-05, antes da realização da necessária consulta prévia, livre e informada;

c) Adote aprimoramento do procedimento de consulta prévia, livre, informada e com boa fé, antes de serem tomadas quaisquer novas decisões, tais como licenças e autorizações que possam afetar interesses, bens ou direitos a todos os povos e comunidades tradicionais afetados.

Em atenção à referida recomendação, tempestivamente nos manifestamos:

A audiência pública marcada para 29 de abril, Projeto Anitta, processo SLA 4709/2024 e SEI 2090.01.0001026/2025-05, foi agendada em atendimento a um princípio constitucional da participação popular, bem como ao disposto no artigo 3º da Resolução Conama 237, de 19 de novembro de 1997, e ainda a Deliberação Normativa COPAN 225, de 25 de julho de 2018.

Tal evento destina-se a esclarecer dúvidas e recolher críticas ou sugestões acerca do processo de licenciamento ambiental, expondo aos interessados informações sobre atividade ou empreendimento objeto do requerimento de licença e oferecendo-lhes possibilidades concretas de participação na construção das decisões administrativas correspondentes. Não se confunde, no entanto, com a consulta livre, prévia e informada preconizada pela Convenção OIT 169, notadamente nos artigos 6º e 7º, que exige procedimentos diversos para alcançar especificadamente as comunidades por elas protegidas. A partir das normas citadas, este órgão ambiental entende que tanto a audiência pública, quanto a consulta às comunidades tradicionais são meios que possibilitam a participação popular, visando subsidiar as decisões administrativas futuras, em sendo necessária, há que se realizar tanto uma, quanto a outra, independente da ordem de realização, desde que ambas ocorram previamente à concessão da licença ambiental, já que estes eventos são instrumentos diversos e não se contradizem. Neste sentido, nos autos do agravo de instrumento 1000149-67.2023.4.06.0000, pela terceira turma do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, vejamos:

“Vale repetir, a audiência pública não se confunde com a CLPI, ainda que fosse aconselhável a realização da primeira após a segunda. Contudo, o que expressamente é exigido pelas normas vigentes é a realização da consulta antes das licenças, até porque, pelas normas vigentes, a realização da consulta necessita seguir os ritos administrativos propostos pelo Estado de Minas Gerais, em consonância com as normas federais, tais como Portaria Interministerial 60/2015 e Instrução Normativa do INCRA 111/2021.

Dessa maneira, antes que a fase de conhecimento chegue ao fim com as possíveis determinações de perícias e produção robusta de provas, revogo a decisão proferida monocraticamente, no intuito de permitir a realização da audiência pública e cassar a tutela concedida previamente. Tal medida vem acompanhada da condição de que não seja concedida qualquer licença ambiental ou empreendimento até que fique comprovado junto ao juízo de origem que não há comunidade quilombola no raio de oito quilômetros da área licenciada sob pena de multa”.

A decisão referenciada não apenas manteve a determinação de que não sejam concedidas licenças ambientais ao empreendimento enquanto não fosse realizada a consulta livre, prévia e informada à comunidade tradicional, como também determinou que a audiência pública de licenciamento pode ser realizada antes da CLPI, desde que a consulta ocorra previamente à concessão da licença ambiental, respeitando-se as diretrizes normativas sobre o tema. O mesmo entendimento foi adotado também no julgamento da apelação de remessa necessária número 1000112-50.2023.4.06.3812, Minas Gerais. Pelas razões expostas, esse órgão ambiental informa que manterá a audiência pública prevista para ocorrer nessa data de 29/04/2025, às 18 horas, na cidade de Araçuaí, relativa ao empreendimento Projeto Anitta do empreendedor Atlas Lítio Brasil Ltda., sem prejuízo de que o Estado de Minas Gerais, em momento oportuno, realize a consulta livre, prévia e informada às comunidades tradicionais presentes no território em atendimento às normas vigentes.

Atenciosamente, Fernando Baliani da Silva, Diretor de Gestão Regional.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Obrigada, Jeisa. Em seguida, vou ler também, de forma sucinta, a recomendação do Ministério Público Estadual. A gente recebeu a recomendação na sexta-feira, na última, fizemos uma resposta na segunda-feira e hoje, imediatamente antes da audiência, recebemos a recomendação número 7, de 2025, que vamos responder da mesma forma que respondemos com o mesmo teor da resposta que foi enviada na segunda-feira.

De forma resumida, o Ministério Público Estadual recomenda que se promova imediata a suspensão da audiência pública agendada para o dia 29 de abril, referente ao processo ambiental do empreendimento Atlas Lítio Brasil, PA SLA 04709/2024, providencia a remarcação do ato para data futura, para ser definida somente a disponibilização integral da documentação exigida pela legislação ambiental vigente, especialmente os documentos faltantes identificados pela equipe técnica do Ministério Público. Notifique formalmente o empreendedor Atlas Lítio do Brasil para que proceda a disponibilização dos documentos faltantes em todos os locais de consulta pública, bem como nos meios eletrônicos oficiais da FEAM e da SEMAD, em especial: a) relatório de avaliação de potenciais impactos sobre as comunidades quilombolas WSP-2024; diagnóstico das comunidades quilombolas São Benedito do Giral e Setor Malhada Preta, MF Projetos Ambientais de 2024.

Número 4. Garanta que a nova data de audiência pública seja amplamente divulgada com antecedência mínima de 15 dias úteis, conforme deliberação normativa COPAN 225 de 2018, assegurando que todos os documentos relativos ao licenciamento estejam integralmente disponíveis para consulta pública durante este período.

A Jeiza que é nossa assessora da mesa aqui, junto com o Wesley, vai ler novamente a resposta da FEAM para essa recomendação.

Jeiza Fernanda Augusta de Almeida (FEAM - Assessoria Regimental): Em complemento a FEAM respondeu ao MP da seguinte forma:

“Prezado, boa noite. Informo que aportou nessa DGR, mediante e-mail, advinda da Coordenadoria Geral das Promotorias de Meio Ambiente das Bacias do Jequitinhonha e Mucuri, os documentos anexos na cadeia de mensagens deste e-mail. Esta DGR, após tomar conhecimento dos documentos e confrontar as normas que regem o licenciamento ambiental no Estado de Minas Gerais, em especial a deliberação normativa COPAN 225 de 2018, esclarece:

A audiência pública é uma reunião pública aberta e acessível destinada a esclarecer dúvidas e recolher críticas ou sugestões acerca do licenciamento ambiental, expondo aos interessados informações sobre as atividades do empreendimento objeto do requerimento da licença e oferecendo-lhes possibilidades concretas de participação na construção das decisões administrativas correspondentes. O processo de licenciamento ambiental do empreendimento Atlas Lítio foi instruído com EIA/RIMA e em observância a DN 225 de 2018 foi aberto o prazo de 45 dias para que os legitimados pudessem tomar conhecimento e solicitar a realização da audiência pública. Após a solicitação de audiência pública, foi exigido do empreendedor plano de comunicação social, nos termos da norma, visando garantir ampla comunicação e definição de espaço físico para a realização da audiência pública. Após aprovação do plano de comunicação, foi exigido publicação de edital de convocação, com no

mínimo de 15 dias da data da realização da audiência pública para garantir a ampla divulgação. Para além da audiência pública foi solicitado junto à CEDESC manifestação com relação à necessidade de Consulta Livre Prévia e Informada (CLPI) junto às comunidades tradicionais que possam ser diretamente impactadas pelas atividades do projeto, nos termos da OIT 169, aguardando devolutiva por este órgão. A realização da audiência pública não implica em concessão da licença ambiental, se configurando como uma etapa de rito processual do procedimento de licenciamento ambiental. A realização da audiência pública não se confunde com a realização da CLPI, caso seja necessária, após a avaliação da CEDESC. A realização da audiência pública é um momento oportuno, inclusive para este egrégio órgão de controle expor questionamentos ao empreendedor com relação aos impactos junto às comunidades tradicionais. A realização da audiência pública não impede eventuais solicitações de esclarecimentos adicionais a este egrégio órgão, em qualquer momento, direcionado à Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). As informações e documentos questionados pelo MP não são requisitos obrigatórios para instruir a audiência pública. Os referidos documentos denotam informações presentes no processo administrativo de licenciamento ambiental anterior ao atual processo administrativo objeto desta audiência pública. Por todo o exposto, considerando que restou comprovado o devido cumprimento das normas ambientais, em especial a DN 225 de 2018, que subsidia a instruir a realização da audiência pública, esta FEAM DGR entende pela possibilidade de manter a realização da referida audiência pública, salvo melhor juízo, sem prejuízo de realização de eventual CLPI, a depender da avaliação da CEDESC. Cordialmente, Fernando Baliani, Diretor de Gestão de Regional (DGR)”.
210

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Agradecendo a paciência de todos, era importante que essa transparência fosse dada a vocês pela FEAM, dessas duas recomendações e do nosso posicionamento, e assim sendo, agora às 18h33, a gente abre oficialmente essa audiência pública. A mesa inicialmente composta por mim, Ludmila Ladeira Alves de Brito, sou assessora da DGR FEAM, que estou presidindo essa audiência pública e estou sendo assessorada pelo Dr. Wesley e pela Jeisa, aqui durante a audiência, e vamos dar início então com a execução do hino nacional.

Peço que todos se levantem para que, em posição de respeito, possamos escutar o hino.

[HINO NACIONAL BRASILEIRO]

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Dando sequência à execução do Hino Nacional, eu vou ler pra vocês o ato que designou essa presidência tá aqui tocando essa Audiência Pública com vocês.

A deliberação conjunta COPAM CRH Número 28 de 3 de janeiro de 2025. Conferido poderes ao Diretor de Gestão Regional da FEAM para presidir as Audiências Públicas realizadas no âmbito dos processos de regularização ambiental, cujo convite foi direcionado à senhora Ludmila Ladeira Alves de Brito, Projeto de Licenciamento Sustentável, para presidir a audiência pública referente ao empreendimento Atlas Lítio Do Brasil Limitada PA SLA 4709/2024, através do memorando FEAM-GSO número 202 de 2025.

Então, como vai acontecer essa audiência pública? Vamos conversar um pouquinho.

Essa audiência pública está acontecendo de forma presencial. Mas ela está sendo também transmitida via YouTube para que todas as pessoas que não conseguiram chegar até aqui

possam acompanhar também as nossas discussões. Ok? A audiência pública tem a função, dentro do processo de licenciamento ambiental, de ouvir vocês e de esclarecer a comunidade e todos os interessados sobre os impactos ambientais que aquele projeto pode trazer para o território onde ele se pretende realizar. Então, por que a gente diz isso? É importante os senhores entenderem que essa audiência não é deliberativa. Ela não decide, como a Jeisa já falou anteriormente, ela não trata decisão sobre a concessão da licença ambiental para a realização desse projeto. Então, quando a gente assina lá na frente a lista de presença, nada mais é do que a constatação que você teve aqui, que você acompanhou esse processo e isso nos ajuda a legitimar essa audiência dentro do processo de licenciamento. Ok? Então podem ficar tranquilos, quem teve alguma dúvida em relação a assinar a lista de presença, que ela não autoriza nada, que ela não diz nada no nome de vocês. Ela apenas registra a presença de vocês aqui conosco nessa noite. Tá certo?

Então como a gente faz essa audiência pública? Inicialmente, a gente vai ter uma apresentação por parte do empreendedor e da consultoria que fez o estudo ambiental, que avaliou essa proposta de ampliação da Atlas, para que vocês conheçam o empreendimento e os impactos ambientais que a equipe que estudou esse projeto levantou e traz aqui as medidas propostas pelo empreendimento, medidas de redução desses impactos ambientais negativos e maximização dos impactos positivos.

Depois dessa apresentação, o requerente dessa audiência pública, que foi o doutor Felipe. Deixa eu pegar o nome dele direitinho aqui. Felipe Marques Salgado. O doutor Felipe do Ministério Público Estadual, que foi o requerente dessa audiência pública. Eles têm direito a 30 minutos de apresentação também. Até o momento eles não se encontram conosco. Mas até lá a gente abre novamente a possibilidade deles fazerem a sua apresentação. Caso eles não estejam, a gente segue a audiência pública.

Então, passada essa parte de apresentação, a gente entra para a parte de discussão do projeto. Essa discussão é feita através da possibilidade de inscrição de até 36 pessoas para fazerem as suas perguntas. Vocês podem fazer essa pergunta utilizando o microfone ou de forma escrita. Caso alguém tenha algum desconforto de vir aqui na frente falar, não tem problema. É só conversar com as meninas, que elas escrevem a pergunta de vocês e a gente lê aqui na mesa. Essas 36 perguntas vão ser divididas em blocos de 3. Depois, na hora das perguntas, a gente repassa para ficar tranquilo. Vão ser divididas em blocos de 3, cada um com 3 minutos e o empreendedor tem 6 minutos para responder, o empreendedor e sua equipe de consultoria, têm 6 minutos para responder esses questionamentos deste bloco. Quando a gente for iniciar o bloco de perguntas, a gente repassa para ficar fresquinho para vocês. As inscrições para a realização das perguntas elas começam assim que eu anunciar aqui o início da apresentação. Aquele cronômetro que tem ali embaixo, embaixo da tela. Embaixo das meninas que estão fazendo a tradução para Libras. Eles falam o tempo que vai ter de inscrição para perguntas. Então, a gente tem 60 minutos, a partir do momento que a mesa abrir para que os senhores se inscrevam ali no cantinho, tem duas meninas da FEAM, a Andresa e a Mari estão ali para recolher as inscrições de vocês. Uma coisa que é importante esclarecer é que, dentre essas 36 perguntas, a gente pode ter até 8 pessoas associadas ao empreendedor, sejam trabalhadores diretos da Atlas, sejam trabalhadores de empresas contratadas pela Atlas, para se manifestar também em relação ao projeto. Os demais são

reservados para a comunidade em geral, para quem tiver questionamento, para quem usou seu tempo de vir aqui para nos ajudar a construir esse processo de licenciamento. Então, finalizando, para a gente poder ir para a parte que interessa, que é a apresentação. Desejo a todos uma boa audiência. Aproveitem este momento para tirar suas dúvidas, para colocar as suas preocupações, para que possam ser respondidas aqui pelo empreendedor e pela empresa de consultoria. Lembrando que isso é um ambiente de construção. É um ambiente onde a equipe da FEAM, que está aqui conosco, está aqui para colher todas as informações que vocês têm para poder nos dar. Então é um ambiente de muita cordialidade, de muito respeito. Respeito à opinião do outro. Respeito ao empreendedor, respeito a todos vocês, que vão estar aqui se manifestando. Então que a gente consiga guardar esse ambiente cordial até o final da audiência para que a gente possa ter um bom aproveitamento. É isso, gostaria de chamar então o empreendedor e sua empresa de consultoria para iniciar a apresentação. Então, às 18h42, a gente inicia o tempo de inscrição para as perguntas aqui na mesa. Enquanto isso a gente vai tendo a apresentação. Muito obrigada e até já.

Marco Aurélio (Atlas Lítio Brasil Ltda.): Boa noite. Boa noite. Boa noite a todos e a todas aqui presentes. As autoridades. Em especial o pessoal das comunidades, que se fazem presente. Meu nome é Marco Aurélio. Agradecemos, em nome da Atlas, a presença de todos vocês aqui hoje. Eu sou natural aqui da região, sou de Coronel Murta, já trabalhei aqui no município de Araçuaí e região durante 10 anos, com mineração. Sou formado aqui no Instituto Federal, minha graduação foi aqui no município. Fiz o meu mestrado na UFVJM, que também é uma universidade aqui da região. E atualmente estou trabalhando aqui na Atlas Lítio. Estou como gerente de meio ambiente e de relações institucionais, trabalhando junto com a equipe da Atlas nesse Projeto Anitta, dentro do contexto do licenciamento ambiental. E hoje a gente está reunido aqui para a audiência pública com um procedimento legal, dentro do contexto do licenciamento ambiental, previsto na deliberação normativa estadual. Inicialmente, a gente vai trazer para vocês aqui um vídeo institucional para vocês entenderem um pouco da instituição, da empresa Atlas.

[Vídeo Institucional]

“O lítio é um metal e ele está contido, assim como todo metal, em minerais.

Bruno Martins (Operador de Máquinas): ‘A gente andava em cima desse mineral lá, porque até então a gente não sabia que era o lítio.’

Marc Fogassa (CEO e Chairman): ‘O lítio é um mineral fundamental na transfiguração energética do planeta. E o Brasil tem uma geologia que é primordial no mundo inteiro. Minas Gerais, em particular. Nós somos uma empresa que está listada no Nasdaq, desde 2023, com projetos no estado de Minas Gerais, particularmente um projeto de lítio, na região do Vale Lítio de Jequitinhonha, que nos dá muito orgulho. É uma região que tem uma geologia muitíssimo interessante e hoje, temos o maior conjunto de áreas, de qualquer empresa do Brasil, com 95 direitos minerários de lítio.’

Joel Monteiro (VP Administrativo e ESG): ‘A Atlas tem uma filosofia muito preocupada em deixar um legado onde ela está chegando, tanto um legado profissional, quanto de oportunidades.

Bruno Martins (Operador de Máquinas): Não só nós que trabalhamos, que somos registrados lá, mas gira em torno ali, vai gerando emprego.

Verônica Salas (Diretora de Pessoas e Cultura): ‘A missão da Atlas vai além de mineração de lítio.’

Joel Monteiro (VP Administrativo e ESG): ‘A Atlas é uma empresa com filosofia muito meritocrática.’

Bruno Martins (Operador de Máquinas): ‘A Atlas é... uma segunda mãe.’

Juliana Moreira (Coordenadora Financeira): ‘Não é só um discurso. Valoriza na prática também.’

Marc Fogassa (CEO e Chairman): ‘Nós damos uma oportunidade muito grande da pessoa se desenvolver.’

Verônica Salas (Diretora de Pessoas e Cultura): ‘A gente tem um grande projeto na Atlas, inclusive, de promover a inclusão de mulheres na mineração.’

Marc Fogassa (CEO e Chairman): ‘É uma bandeira da Atlas o compromisso com a valorização das pessoas e a inclusão de minoritários e de mulheres na mineração.’

Mariana Espechit (Coordenadora de Geologia): ‘Em Neves nós temos muitas mulheres trabalhando, inclusive como fiscais de sonda, que é uma área majoritariamente dominada por homens. E elas tem se destacado com muito interesse e muito empenho.’

Thalyta Bispo (Auxiliar de Geologia): ‘O cenário da mineração ainda é um cenário muito masculino. Eu sei que talvez em outras empresas, eu não teria essa mesma oportunidade.’

Mariana Espechit (Coordenadora de Geologia): ‘Eu entrei aqui como Geóloga de Exploração e fui promovida a Coordenadora. E isso pra mim, é um salto muito importante na minha carreira e demonstra muita confiança no trabalho que eu tenho me empenhado aqui na empresa, desde o início.’

Joel Monteiro (VP Administrativo e ESG): ‘A gente está ampliando esse processo agora também para outras áreas.’

Raimundo Júnior (VP Lithium Processing): ‘Agora vai ser um time maior. Nós vamos ter a mina, nós vamos ter a planta.’

Verônica Salas (Diretora de Pessoas e Cultura): ‘A gente está aí contribuindo para uma sociedade melhor, que gere emprego, que gere renda.’

Marc Fogassa (CEO e Chairman): ‘O que a gente está fazendo é uma coisa muito séria. É o desenvolvimento de uma cadeia de lítio que o Brasil precisa se inserir nela. É um desenvolvimento sustentável. É a criação de ótimos empregos. E eu me sinto muito honrado, pessoalmente, de poder ajudar o Vale do Jequitinhonha. E a gente pretende continuar com a nossa humildade de caminhar, antes de correr.’”

Marco Aurélio (Atlas Lítio Brasil Ltda.): Bem, isso foi um pouco aí da Atlas, para vocês conhecerem um pouco da instituição. A Atlas é uma empresa mineradora que tem desenvolvido seus trabalhos aqui em Araçuaí. A gente sabe da importância da mineração. Hoje nós temos o contato direto com esse metal, que é o lítio. A gente utiliza os celulares todos os dias. Então a bateria dos celulares. A gente tem aí os carros elétricos, que são uma realidade que também depende desse metal que é o lítio. E também aí nas baterias, armazenamento de energia renovável. E a Atlas tem se posicionado de forma direta nesse cenário de forma estratégica. Nós vivemos uma transição energética e global e é um contexto muito importante para o Brasil e para Araçuaí esse momento. E a Atlas vem se posicionando com o Projeto Anitta, aqui no município de Araçuaí. A Atlas iniciou suas atividades em 2021, com pesquisa mineral, ou seja, a sondagem que vai permitir a identificação do pegmatito, que contém o minério de lítio. Então a Atlas começa esses trabalhos em 2021,. Próximo passo de aquisição de terrenos, indenização de superficiários, que estão ali nessas áreas da mineração. E além disso, nesse contexto, durante esses trabalhos, a gente vem com as parcerias, com as ações junto com as comunidades e com o poder público, municipal, principalmente. A Atlas

tem feito de forma direta esse contato com as comunidades, priorizando a mão de obra local e trabalhando em parceria, desde, na melhoria de infraestruturas de estradas, de escolas, igrejas, apoio com os eventos culturais. A Atlas tem se posicionado nesse contexto, porque sabe da importância dessa parceria entre as instituições. Isso permitiu que a Atlas pudesse desenvolver, a partir da pesquisa mineral seus projetos de engenharia. A gente teve essa primeira cava, que foi identificada na pesquisa, a gente desenvolveu os projetos e fez o primeiro licenciamento. Hoje nós estamos aqui, discutindo sobre a expansão do projeto de ampliação do Projeto Anitta. Dentro do contexto do licenciamento ambiental, realizando a audiência pública. O projeto de expansão, o licenciamento, foi realizado os estudos pela empresa de consultoria da WSP, que vai conversar um pouco com vocês mais para frente. A expansão do Projeto Anitta era o Processo Minerário: 833.356/2007, Titular: Atlas Lítio Brasil, Município de Araçuaí, Substância de Espodumênio, Minério de Lítio. E o processo é o 4709/2024. Solicitação de Ampliação do Empreendimento Anitta. No contexto das atividades, quais atividades que a Atlas vai implantar com essa solicitação? A Atlas pretende implantar mais uma área de pilha de rejeito. Então dentro do contexto da atividade do empreendimento, a gente tem 54 hectares de pilha já licenciados no primeiro projeto. Desses 54, a gente vai ampliar mais 17,61 hectares para a pilha de estérreo. Outra atividade é a estrada para transporte de minério. Aí é uma estrada de acesso exclusivo para a Atlas. É importante esse acesso para a gente porque a gente vai diminuir o acesso de uso comum e vai ser um acesso exclusivo da Atlas, trazendo mais segurança, principalmente com relação às comunidades. É um acesso que é de uso apenas da mineradora. E além disso mais uma lavra a céu aberto, que é a Cava 2. A gente vai ter a solicitação de mais uma área de cava. A gente tem uma cava licenciada e vai abrir uma outra área de cava. A produção prevista é um milhão e meio de toneladas ao ano. Ela permanece, a gente só vai ter o incremento de mais uma cava, produzindo as duas de forma simultânea.

Dentro do contexto da expansão do Projeto Anitta, a gente enquadra como licenciamento ambiental concomitante LP, licença prévia, mais LI, licença de instalação, mais a LO, licença de operação. Nesse contexto, o processo foi formalizado por meio de um EIA/RIMA, que é o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto no Meio Ambiente. E dentro do processo de licenciamento ambiental, a gente tem atos autorizativos, que no caso aqui se enquadram como por exemplo, autorização para intervenção ambiental, que é nada mais do que a supressão de vegetação nativa. Além disso a gente tem vinculado, também, intervenção em uma área de APP. Dentro do contexto, a gente tem três certidões de uso isento de outorga. A gente não tem nesse processo nenhuma solicitação, não haverá nenhuma nova captação de água, seja superficial ou subterrânea. Esse processo de expansão não demanda mais água. O que a gente já tem regularizado permanece e a expansão não tem nenhum ato autorizativo relacionado a solicitação de captação de água. Aqui apresentando de forma direta as áreas do empreendimento da Atlas. A área de cor mais clara é a área que foi já regularizada, é a área já licenciada que a gente vai ter um total de cerca de 117 hectares. Então isso foi algo do primeiro processo de licenciamento ambiental que a gente regularizou uma área de pilha, uma área de cava e a área de UTM, da nossa unidade de tratamento de minério. Então a cor clara é a área já licenciada. A cor em vermelho é a área objeto da expansão do Projeto Anitta que a gente está realizando na audiência pública aqui hoje que totaliza cerca de 65 hectares. O que a gente está solicitando? A gente está solicitando mais uma cava, que é a cava 2. Na cava 1, com as pesquisas minerárias, a gente conseguiu avançar com a pesquisa e identificar que tinha minério em mais uma parte. Então a gente solicita uma ampliação também dessa cava 1. Além disso, mais uma área de pilha de estérreo de cerca de

17 hectares e o acesso, que agora nós vamos ter todo empreendimento conectado de forma direta e não vai mais utilizar o acesso comum. Além disso, áreas de apoio. Então essa é a nossa área diretamente afetada, sendo que a área cor clara é a área nossa já licenciada, e a área vermelha é a área de expansão, só para deixar isso bem claro. Aqui nós temos o nosso acesso saindo do município de Araçuaí passando pela rodovia MG 678. Passando pelo desvio pela comunidade Aguada Nova, no sentido do Calhauzinho, para chegar até o empreendimento, onde a gente tem três comunidades mais próximas, que é Neves, São José das Neves e Calhauzinho. Essas três comunidades estão próximas do empreendimento e são consideradas como de influência direta do empreendimento. Além dessas três comunidades, a gente considera nesse contexto também a Aguada Nova, porque com esse desvio e a rota, tanto de acesso, quanto de escoamento, passa dentro dessa comunidade. Passa no meio da comunidade. Ela também foi incluída dentro dessa influência do empreendimento devido a essa situação. Então essa é a forma de acessar o empreendimento.

E por fim, a gente queria destacar os benefícios que o Projeto Anitta tem desenvolvido e tem a oferecer com a sua implantação. A gente tem desenvolvido várias parcerias em desenvolvimento local e para promover a melhoria da qualidade de vida. Parcerias de forma direta, público-privada, Prefeitura Municipal e até mesmo o Estado. O nosso processo de empilhamento, o processo das pilhas, são 100% a seco, não tem barragem de rejeito. Isso é importante frisar e destacar. A nossa planta industrial, a nossa unidade de tratamento do minério, ela vai operar, quase 100%, com recirculação de água. Tem uma taxa de 96% da água que entra dentro do processo de tratamento do minério, ela recircula e retorna. Então essa água a perda dela é muito baixa, basicamente por evaporação. De forma direta, a criação de empregos, previstas de forma direta 309 empregos na Atlas Lítio. Ainda temos as terceirizadas, os empregos indiretos. E isso tem sido de forma direta a bandeira da Atlas. A priorização de mão de obra local. A capacitação. Isso já está no DNA da Atlas desde 2021, que iniciamos os nossos trabalhos. Aumento da arrecadação tributária municipal. A arrecadação de impostos, o CEFEM. Essa compensação prevista por empreendimento minerário da Atlas pode chegar a mais ou menos 17 milhões ao ano. Então essa contribuição direta da arrecadação municipal, ela reflete na melhoria do desenvolvimento local, nas políticas públicas a ser desenvolvida no município de Araçuaí. E um ponto importante é a compensação ambiental, porque a atividade minerária é, de forma direta, uma atividade que exerce, diferente das outras, a compensação pelas suas intervenções. Toda aquela área que mostrei que vai ser intervinda vai receber compensação. Compensação do SNUC, nosso Sistema Nacional de Unidade de Conservação, Compensação da Mata Atlântica. A cada área de Mata Atlântica, se eu desmato, por exemplo, 30 hectares, eu tenho que fazer a doação de 60. Ela é 2 por 1, ou seja, o dobro. Compensação pela supressão de indivíduos, de árvores que sejam imunes, protegidos ou ameaçados de extinção. Compensação minerária. Compensação por área de intervenção e APP. Então é uma atividade que vale a pena destacar, essas compensações porque realmente faz algo previsto em lei e que é realizado pelo empreendimento. No mais, era isso. De forma breve. Agora a Mayra vai conversar um pouco com vocês sobre os estudos que a WSP realizou dentro do contexto do projeto ambiental. A gente quis trazer um pouco do institucional da Atlas. E no mais, muito obrigado a todos pela atenção.

Mayra (WSP Brasil): Boa noite a todas as pessoas presentes, mesa FEAM. Meu nome é Mayra. Eu sou geógrafa de formação. Estou aqui representando a WSP. Uma consultoria ambiental

independente, sediada aqui em Minas Gerais, em Belo Horizonte. Vou apresentar aqui para vocês os estudos ambientais que foram desenvolvidos para a expansão do Projeto Anitta. Espera aí, Marlos, passou errado. Rapidinho, gente. Desculpe. Enquanto regularizo aqui. Gostaria até de falar um pouco que os estudos são bastante extensos. A gente começou os estudos já tem um certo tempo, mais de um ano realmente trabalhando no projeto. Então, assim os dados que a gente elaborou estão publicados. Tem o QR Code que está aqui disponível para vocês, vocês também tiveram acesso. Tem o RIMA, que é o material produzido por nós, que também está disponível aí fora. Então, realmente é um estudo muito extenso. Então, aqui a gente trata de um resumo das apresentações. De qualquer maneira, nós vamos estar aqui disponíveis para responder as perguntas depois. Em qualquer momento que vocês queiram também ter contato com a gente. Então, WSP, essa consultoria, conforme eu disse. Então, a gente fez um levantamento extenso, passamos por levantamentos de dados primários que são os levantamentos em campo, nas localidades a serem afetadas pelo projeto e também os levantamentos secundários, que são os dados que a gente busca na literatura reconhecida. A localização aqui do projeto, no município de Araçuaí. Bastante conhecida aqui por vocês, nas proximidades, a localidade de Neves. Aqui, uma breve apresentação da fase que a gente está dos estudos. Todo empreendimento quando vai começar, ele começa bem atrás. Agora que a gente está tendo aqui esse contato mais público com vocês, mas a Atlas passou por fases de investigação, descoberta do potencial mineral. Tem todo um processo que já se passou. Então passou pelo projeto de engenharia e hoje a gente está na fase da audiência pública, em que a gente está apresentando justamente os dados levantados pela equipe de licenciamento, da equipe ambiental do licenciamento. Depois ainda virão, conforme a Ludmila colocou, ainda não é a obtenção da licença, aqui é um momento de publicidade desses estudos. Como estrutura do projeto o Marco já apresentou, mas de forma geral, essa palavra que aparece algumas vezes ADA, área diretamente afetada. É a área que o projeto de fato vai ocupar no terreno. É o projeto mesmo, *in loco*, onde ele vai ser implantado mesmo. Então a gente tem uma cava a céu aberto, a expansão da cava 1, que é do projeto inicial. Uma pilha de estérreo. Um paiol de explosivos. Alguns acessos internos e áreas de manobra e apoio, totalizando um pouco mais de 64 hectares de área de projeto propriamente dito. Os estudos ambientais, como eu disse, são estudos extensos. Então de forma geral, a gente passa por um momento inicial que é o estudo de alternativas. A gente olha junto com o empreendedor as melhores alternativas tecnológicas e locais para esse empreendimento. Depois a gente passa pela fase de caracterização do empreendimento. Nesse momento a gente entende de fato o que é o empreendimento, quais são os aspectos que eles vão gerar no meio. Depois a gente define as áreas de estudo. Por que a gente precisa delimitar onde a gente vai estudar? Por que a gente não olha, a gente tem que cercar a nossa área de atuação de fato nos estudos. Depois a gente passa para uma fase de diagnóstico ambiental. Que é o que? É a gente entender o que é o meio. A gente faz uma leitura de como o meio é hoje para depois pensar de como ele será com a implantação do empreendimento. Nesse diagnóstico a gente passa por três temas principais. Três temáticas principais. Que são meio físico, meio biótico e meio socioeconômico. E depois a gente pensa nos impactos ambientais, que é justamente pensar a caracterização do empreendimento atuando no meio. Isso colocado, a gente precisa então partir para a proposição de medidas e programas que vão melhorar os impactos positivos e atenuar ou mitigar os impactos negativos. Depois a gente coloca em forma cartográfica esses impactos, que é quando a gente define as chamadas áreas de influência. E por fim, a gente passa para a conclusão dos estudos. As áreas de estudo, também falando dessa delimitação,

a gente tem uma área de estudo local, que é bem próxima à área do projeto. E a gente tem a área de estudo regional, que a gente tem um olhar mais amplo sobre o empreendimento no meio. Então a gente tem as áreas de estudo do meio físico, que a gente olha especialmente o relevo, as bacias hidrográficas. No meio biótico a gente considera a ocorrência de vegetação e a interrelação associada com a fauna, os animais. No meio socioeconômico a gente considera o arranjo viário, a capacidade do município, a oferta de serviços, infraestrutura. Então a gente desenha, como eu disse, a gente espacializa em mapa essas áreas de estudo. Então a gente tem as áreas de estudo do meio físico e biótico, que são relativamente semelhantes e a gente passa então para a área física. O que é o meio físico? Eu gosto de explicar, porque às vezes não é tão comum o termo para todo mundo, mas no meio físico a gente estuda os relevos, os solos, a água, a geologia, que são as rochas, a hidrogeologia, que são as águas contidas nas rochas, normalmente subterrâneas, espeleologia, que é a presença ou ausência de cavidades. A gente também avaliou, a gente avaliou também a qualidade do ar, clima, meteorologia, ruídos e vibração. Tudo isso pensando na área hoje, sem ainda a chegada do empreendimento. Então, a hidrografia. Sobre água superficial a gente fez duas campanhas, com descrição e cadastro de 67 pontos de relevante interesse para os estudos. Olhamos aí irrigação, dessedentação de animais, consumo doméstico, tudo associado à questão da água superficial. Fizemos também cadastro de nascentes. Embora a gente não tenha identificado nascentes na área do projeto, a gente identificou nas proximidades, mas a mais de um quilômetro de distância. E também é importante a gente lembrar que não haverá novas captações de água nesse processo de licenciamento, além das já autorizadas no processo anterior. Sobre qualidade de água, a gente teve cinco pontos de monitoramento, em duas campanhas, na seca e na chuva. Alguns indicadores estavam acima do limite legal, mas nada que a gente não tenha conseguido correlacionar com as características naturais das rochas locais e algumas interferências humanas no meio. A qualidade da água subterrânea, de modo similar, foram quatro pontos, mais de 25 parâmetros em duas campanhas. Alguns indicadores também acima, mas nada também que a gente não conseguisse uma resposta no uso do solo atual. Qualidade do ar. A gente fez também uma campanha de monitoramento com foco nas comunidades do entorno, do empreendimento e também olhando com relação à direção dos ventos. E tivemos resultados que apontam por uma qualidade do ar boa a moderada. O que saiu do padrão esperado estava associado a tráfego de veículos, queimadas, áreas com solo exposto, que realmente levantam poeira e levam a esse resultado. Também com relação à qualidade do ar, temos esse estudo que foi feito, que é o estudo de dispersão atmosférica, em que pegamos o que o empreendimento projeta de emitir no futuro e a gente faz esse desenho, que chamamos de plumas. As plumas, podemos chamar de modo geral de poeira, que se espera que seja emitido quando da implantação e operação do empreendimento. E aqui consideramos o pior cenário, ou seja, quando a Atlas estiver no meio e no seu pior momento de emissão. Essa é a pluma gerada. Então a mancha branca mais clara é o limite de propriedades hoje da Atlas. Então vocês podem ver que as plumas estão bastante próximas da área da Atlas. E as comunidades estão aqui em rosa, são as comunidades mais próximas. Meu pointer não está funcionando. Então essas plumas de emissão não chegam nessas comunidades mais próximas. Sobre ruídos e vibração, também fizemos 20 pontos de monitoramento espalhados perto do futuro projeto e também ao longo da rota de escoamento. Fizemos medições diurnas e noturnas para entender de fato como é hoje. Para que no futuro possamos ter uma base de comparação sobre como o empreendimento estará impactando nessas áreas. Agora sobre o meio biótico que falamos basicamente de flora, fauna e áreas protegidas. Sobre a flora fizemos um mapeamento do que são os usos atuais na

cobertura atual do solo, onde a Atlas vai impactar. Então pegamos a ADA e avaliamos exatamente como é a cobertura hoje. Então temos acessos, áreas de sondagem, pastagem e temos também a mata seca, que é bastante conhecida por vocês aqui na região, bastante típica. Ela tem em vários estágios, graus de conservação. Então a gente tem floresta em estágio avançado, um pouco mais de 11 hectares. Em estágio médio de conservação, um pouco mais de 22 hectares. E estágio inicial de conservação, um pouco mais de 10 hectares. Então na flora, para chegarmos nesses resultados, fizemos também duas campanhas de campo, nas épocas de seca e de chuva, com 99 parcelas. Os biólogos especialistas vêm na área, delimitam e fazem contagem de espécimes arbóreos, ergostivos e herbáceos. Então teve bastante trabalho em cima disso também. Fauna também fizemos duas campanhas com registros, coleta e captura de diversos espécimes também dos grupos de ave-fauna, que são as aves; mastofauna terrestre, os pequenos e grandes mamíferos; herpetofauna, representada pelos anfíbios e répteis; mastofauna voadora, que são os morcegos e entomofauna, que é representada, principalmente pelo grupo das formigas. Todos os levantamentos foram feitos por biólogos especialistas e metodologias reconhecidas de levantamentos. Também aqui, representando herpetofauna, os sapos e cobras, que são algumas figuras mais ilustrativas desse trabalho que fizemos, que é bastante extenso e bem especializado. Realmente sobre áreas protegidas a gente não tem aqui na região, nem próximo ao projeto a unidade de conservação de proteção integral, mas a gente tem a APA. A Área de Proteção Ambiental Chapada do Lagoão, bastante conhecida também por vocês, acredito. Ela é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável e o projeto ocupa 0,08% dessa APA. Aqui na bolinha, dá para ver proporcionalmente hoje a APA tem esse limite. Em verde, a área do projeto ocupa essa borda. De qualquer maneira tem que ser feita a consulta para obter a autorização para a implantação do empreendimento na APA. Agora, falando sobre o meio socioeconômico, que são as pessoas no meio. Então, a gente fez uma avaliação de campo. A gente fez a avaliação da bibliografia de todos os estudos que existem sobre a região, mas também fizemos um estudo bastante intenso nas comunidades. Fizemos entrevistas e levantamentos de campo, especificamente aqui em Neves, São José das Neves, Ribeirão, Calhauzinho das Neves, Aguada Nova, Barragem, Calhauzinho, Baixa Quente e também aqui na sede urbana de Araçuaí. Diversos temas estudados, patrimônio, dinâmica, faixa etária de população, estrutura, índice de desenvolvimento. Como características gerais que a gente coletou a respeito dos modos de vida de vocês, predomina a atividade agrícola familiar, criação de animais, produção de queijo, retirada de leite, produção de leguminosas, cachaça. Como características gerais, acho que é bastante marcante o fato de que não há vias pavimentadas. Todas as vias próximas às comunidades são não pavimentadas, estrada de terra. O abastecimento de água é uma questão. Para questão não tem muita cobertura pela Copanor para essas comunidades. Muitas captações acontecem por cisterna ou captação em nascente direto pela comunidade. Alguns equipamentos públicos lá na região. Neves realmente é o polo local. O que não dá para ser feito em Neves acaba sendo feito em Araçuaí. A população recorre a Araçuaí. Realmente Neves, embora seja a maior da região, é uma localidade pequena com pouca infraestrutura. Aqui, falando sobre comunidades tradicionais. Existem várias classificações no Brasil, vários tipos de comunidades tradicionais, mas, aqui, no mapeamento que fizemos encontramos, nas proximidades do empreendimento algumas comunidades quilombolas. A comunidade quilombola São Benedito do Giral, há um pouco mais de oito quilômetros do projeto. Associado a ela, temos o setor Malhada Preta que está a cerca de cinco quilômetros do projeto. Estou falando do núcleo, das comunidades. E também a comunidade Cordo Narciso, está um pouco fora do mapa, mas há cerca de nove

609 quilômetros também da área do projeto. Essas comunidades não possuem o relatório técnico
610 de identificação e delimitação conhecido como RTID. Ainda não tem esse RTID publicado no
611 Diário Oficial da União, porém, a Atlas procurou fazer levantamentos para entender a
612 correlação. Se haveria impacto. A correlação dessas localidades com o projeto e o que se
613 identificou é que essas comunidades têm uma via de circulação preferencial, que não é a rota
614 que vai ser usada como escoamento do projeto. E, além disso, as comunidades estão em outra
615 vertente, na Chapada do Lagoão para o lado Norte, nordeste, podemos dizer. Em relação à
616 área do projeto. Então tem essa barreira natural que separa a vertente de cá, da parte alta da
617 Chapada onde ficam essas comunidades. Notadamente Giral e Malhada Preta. Aqui, voltando,
618 sem ser as comunidades tradicionais. As comunidades conhecidas aqui de vocês. Mais
619 conhecidas, Neves, São José das Neves, Ribeirão, Calhauzinho das Neves e Aguada Nova
620 foram as comunidades que entendemos seriam as que realmente seriam diretamente
621 impactadas pelo empreendimento. Então elas estão classificadas aqui na nossa área de
622 influência direta nos estudos ambientais pela proximidade com o projeto, pela proximidade
623 com a rota de escoamento, considerando também a chegada de pessoas de fora próximo a
624 essas comunidades levantadas. Feito o diagnóstico da área toda, passamos para a avaliação
625 de impactos ambientais. Uma avaliação de impactos ambientais. Olha tanto os impactos
626 negativos, quanto os impactos positivos, que podem acontecer, de um determinado
627 empreendimento sobre o meio. É mais comum que os impactos sobre os meios físicos e
628 bióticos, flora, fauna, águas, por exemplo, sejam impactos negativos. E é mais comum que
629 haja impactos positivos para o meio socioeconômico. Então, para os impactos negativos
630 tenta-se mitigar e controlar. E os impactos positivos tenta-se potencializá-los. A avaliação de
631 impactos ambientais tem um regramento determinado pela CONAMA, uma legislação
632 federal. A WSP, porém, as empresas de consultoria têm liberdade de fazer sua própria
633 metodologia. A WSP tem a metodologia dela. Então a gente utilizou essa metodologia, que
634 se assemelha muito à metodologia federal. Então a gente avalia 11 critérios. Então é uma
635 avaliação extensa. A gente passa por, diria que são meses de trabalho de uma equipe extensa
636 trabalhando em cima disso. Nesse pensar o empreendimento sobre o meio e o que é possível
637 fazer a partir da significância, que é o quê? A partir da avaliação desses critérios todos a gente
638 chega a dizer se o impacto é baixo, médio, alto ou muito alto. Então aqui é um exemplo da
639 nossa matriz de impacto. Uma matriz específica da WSP. Então a gente cruza vários critérios
640 para a gente enfim enxergar o que está circulando de vermelho. No que seria uma
641 significância média. Então esse é um tipo de quadrinho que a gente utiliza na nossa avaliação.
642 Aqui o meio físico. Então a gente tem os impactos, como eu disse, os impactos do meio físico
643 tendem realmente a ser negativos. Então a gente tem nove impactos sobre o meio físico. Vou
644 dar alguns exemplos aqui, alteração de qualidade do ar, alteração de ruído, alteração de
645 paisagem, do terreno, alteração de qualidade de água subterrânea e água superficial. Aqui
646 sobre o meio biótico, igualmente impactos realmente negativos. A gente tem um total de sete
647 impactos negativos, tais como perda de indivíduos da fauna, perda de biomassa, que está
648 associado à supressão vegetal. É importante dizer que a gente avalia os impactos de todos os
649 meios nas diferentes fases do empreendimento, passando pelo planejamento, pela
650 implantação, pela operação e até pelo fechamento. Então a gente já tem isso mapeado,
651 vamos dizer assim. Aqui sobre o socioeconômico. Apesar de ter também os impactos
652 negativos, a gente tem também os impactos positivos, geração de expectativas, geração de
653 empregos, direitos e indiretos, elevação de renda, dinamização de economia. São impactos
654 positivos. E a gente também tem os impactos negativos, alteração do quadro de saúde,
655 modificação de paisagem, geração de incômodo, por exemplo. Agora falando sobre os

programas ambientais. Assim como a gente teve todo o mapeamento dos impactos, o que eu falei lá atrás, a gente precisa também propor programas e medidas para melhorar os impactos que já são positivos e controlar e mitigar aqueles que são negativos. Eu quis trazer aqui um pouco do que é a estrutura geral dos programas, porque às vezes muito se fala em programas e às vezes a comunidade não entende o que é isso. Porque de fato são documentos muito extensos. É um material muito rico e quando vocês tiverem a oportunidade de ter acesso, é bastante interessante, mas cada um dos programas que a gente faz, ele tem essa estrutura de objetivos, metas e indicadores, ações e métodos, equipe e materiais e medidas de acompanhamento. Isso porque a gente não sabe, a partir do momento que a Atlas tiver licença, mas vai ter uma empresa que vai estar acompanhando também a Atlas no desenvolvimento desses programas. Então é como se fosse uma receita de bolo. Um passo a passo do que a pessoa que vai estar lá na frente de obras, como ela vai fazer para fazer os controles ambientais em cada um desses programas. Então é um documento interessante de vocês terem e acompanharem, porque vocês vão de certa forma participar. Eu vou falar aqui, mas vai ter programas aqui que tem muita interface com a comunidade. Então para cada um dos impactos que está separado pelos meios físico, biótico e socioeconômico. Mas, eu repito, é muito extenso. Depois, quando vocês tiverem a oportunidade, vejam nos estudos, no EIA, no RIMA, que tem no detalhe. Aqui, mais como título de exemplo, alteração de qualidade do ar. Então a gente tem ali uma série de programas que estão associados. Vocês vão ver que nenhum impacto tem um único programa responsável por melhorar aquele impacto ou reduzir os seus efeitos, quando é negativo. Então tem um conjunto de programas para cada impacto. Muitos programas se repetem entre os impactos, porque eles realmente se conectam e agregam para dar respostas efetivas. Aqui eu trouxe um, alteração da qualidade do ar, por exemplo. A gente tem aí monitoramento de influências atmosféricas, que é o monitoramento dessas emissões que vão acontecer. Então aqui, só como exemplo de algumas atividades que serão feitas, que estão propostas nos programas e que devem ser cumpridas pela Atlas. E é importante dizer que o próprio órgão ambiental também tem o papel de acompanhar de tempos em tempos, com as frequências estabelecidas nos documentos e aprovadas antes da emissão da licença de que o empreendedor cumpra com esses programas, com essas metas, com os indicadores, com as medidas que estão propostas. E a comunidade pode acompanhar isso também e exigir respostas com base nos programas. Então nós temos aí, para alteração de qualidade de ar, umidificação de vias, revegetação de áreas de solo exposto, manutenção preventiva de frota de veículos. Os veículos serão lavados para evitar também a dispersão de poeira. As vias serão compactadas e cascalhadas. Vai ter expressão de fumaça preta nos veículos. Controle de velocidade. Aqui também alguns outros exemplos, alteração de dinâmica erosiva, alteração de terreno. Alguns programas correlacionados. Aqui também para águas. Bastante programa que monitora, com coleta de água para verificar volume de água e qualidade de água também. Também no meio biótico uma das preocupações que se tem com a supressão vegetal durante as etapas de supressão vegetal feito, dentro dos programas, tem vários programas, mas um deles que eu acho interessante, a gente faz resgate de mudas, de sementes. Porque tem toda uma etapa de replantio, de plantio em áreas degradadas. E também o monitoramento de fauna, que eu acho importante, porque durante a supressão ocorre afugentamento de fauna. Mas a gente colocou nas medidas que tem que ter acompanhamento por biólogos nas frentes para que se evite ao máximo a morte de animais. Aqui também um exemplo do monitoramento.

Volta. Não volta. Socorro. Desculpe, gente. Vamos lá.

O meu tempo vai acabar aqui. Aqui no meio socioeconômico também geração de expectativas, impactos positivos, geração de empregos, direto e indireto, elevação da renda, dinamização da economia. Então a ideia desses programas é fortificar esses impactos positivos para que a população seja o mais beneficiada possível. Aqui os programas, impactos negativos. Mas também um rol bem extenso de programas associados. Sendo importante destacar o programa de comunicação social, o programa de educação ambiental, que são programas que vão conversar muito com os comunitários na busca de ter uma boa relação da empresa com a comunidade e respostas. E que sejam vários canais de ouvidoria da população. Com relação a atuação do empreendimento nas localidades. Aqui também. Volta. Aqui também, dando um exemplo, priorização de contratação e capacitação de mão de obra, de fornecedores, também é importante. Monitoramento dos aspectos socioeconômicos. Também vai haver um monitoramento frequente de como está a resposta da comunidade em relação ao empreendimento. Vão ter aí campanhas de comunicação para atrair trabalhadores para o empreendimento, tentando dar o foco máximo para a comunidade, com oferecimento também de cursos profissionalizantes com capacitação. Aqui sobre a pressão do tráfego, que é um dos pontos de preocupação da comunidade, com risco de acidentes. O programa de comunicação social, associado ao programa de educação ambiental vão estar bastante fortes nessa atuação. Alguns outros impactos. Só para vocês verem que tem bastante programa associado, programas conversando entre si. A partir do momento que está pensado, o diagnóstico da área está colocado. Estão pensados os impactos com relação ao empreendimento. A gente parte para uma parte que é mais técnica, mas é uma parte importante para os estudos, que é a definição das áreas de influência. É quando a gente pensa até onde vão esses impactos no meio. A ADA, área diretamente afetada pelo empreendimento, ela já é dada pelo que a gente chama de plano diretor do projeto. Depois a gente tem a área de influência direta, que são aquelas áreas que serão definidas como as áreas que sofrerão os impactos diretos do empreendimento. A área de influência indireta, onde se sentirão os efeitos de maneira mais atenuada. Então a gente representa isso em modo cartográfico para cada um dos meios. Aqui está para o final. Mas eu falei lá atrás que é uma etapa que a gente passa junto com o empreendedor lá no começo, que é uma fase de pensar. Ok, há a intenção de ter o empreendimento. E a gente ajuda o empreendedor a buscar alternativas com o menor impacto possível. Então a gente busca áreas com menor supressão de custos d'água, menor supressão de vegetação relevante, menor utilização de vias públicas, menor supressão de nascentes, menor impacto em áreas de proteção ambiental. Então a gente passou também por essa fase. E aí a gente fez escolhas. Então a gente passou para algumas análises alternativas. No caso da pilha, a alternativa escolhida foi a alternativa dois, que está em vermelho ali no mapa, que é o desenho final que vocês já conhecem. A gente também estudou os acessos, que embora sejam internos à área da Atlas, é relevante, porque a gente está falando de acessos não pavimentados. Então a gente teve essa preocupação com a emissão de poeira, de circulação de veículos. E aí escolheu a alternativa um. E, por fim, a gente conclui, a gente avalia o todo. A gente avalia o diagnóstico ambiental como um todo associado ao empreendimento, às características gerais do empreendimento. A gente pensa na avaliação de impacto, toda matriz, todos aqueles resultados que a gente tem ao longo dos estudos. A gente estabelece ali aquelas medidas e controles. A gente considera isso na nossa avaliação para a gente entender se a gente considera que o empreendimento é viável. E sim, a WSP, como consultoria técnica especializada, considerou que o empreendimento de expansão do Projeto Anitta é viável, socioambientalmente, com base em todos os estudos que a gente realizou. Muito obrigada.

749

750 **Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência):** Finalizada essa parte de
751 apresentação, gostaria de chamar o Ministério Público Estadual, que foi quem convocou a
752 realização da audiência pública. Não sei se eles estão aqui presentes. Como eles não estão
753 presentes, quero fazer algumas comunicações para os senhores. A gente tem que respeitar,
754 de qualquer forma os 60 minutos de inscrição. A gente ainda tem vagas abertas na inscrição
755 de manifestação. Aqueles que ainda tiverem interesse, podem se dirigir à mesa das meninas
756 ali no canto para se inscrever.

757 Enquanto isso, gostaria de registrar aqui algumas presenças importantes para a gente aqui na
758 audiência. Vou pegar o nome direitinho de todo mundo. Gostaria de agradecer a presença do
759 Bispo Dom Geraldo, que está aqui conosco, obrigada, Bispo, pela presença e pela sua
760 comunidade. Os vereadores Danilo Marinho e Fabiano Rodrigues Alves também estão aqui
761 conosco, obrigada pela presença, vereadores. Tenente-Coronel Alexandre, Comandante do
762 70º Batalhão de Polícia Militar, obrigada, também, Comandante pela sua presença.

763 Até o momento, a gente tem aproximadamente 108 pessoas assinando a nossa lista de
764 presença, que estão presentes aqui na audiência pública. É uma participação interessante.
765 Agradecemos. Temos picos de até 80 pessoas. Pessoal acompanhando pelo YouTube, que já
766 estão, também, acompanhando virtualmente a nossa audiência. Vou, protocolarmente,
767 chamar mais uma vez o Ministério Público, seu representante, para fazer a sua manifestação.
768 E, não estão, pessoal. A gente vai fazer um pequeno intervalo para concluir esses 12 minutos
769 que ainda restam de inscrição. Quem tiver interesse pode se direcionar. Como eu falei, não
770 precisa ser, necessariamente, pelo microfone, quem tiver alguma dúvida ou pergunta e não
771 quiser vir falar aqui na frente pode se dirigir às meninas, elas anotam junto com vocês a
772 pergunta e a gente lê aqui. Então, daqui a 12 minutinhos, a gente anuncia a retomada. Fique
773 à vontade para, também, dar uma volta, esticar as pernas, ir ao banheiro. Já a gente inicia,
774 novamente, a audiência pública.

775

776 **[INTERVALO]**

777

778 **Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência):** É isso. Pessoal, estão
779 encerradas as inscrições. Vamos iniciar os debates. Vou só repassar as regrinhas com todo
780 mundo para que a gente fique todo mundo acordado. Como a gente colocou. Obrigada,
781 Ingrid. Como a gente colocou, nós vamos fazer alguns blocos de três. A gente vai somar, aqui,
782 quantos blocos, direitinho que deu de inscrições. São blocos de três perguntas ou
783 comentários ou questionamentos, ou como vocês quiserem se manifestar. Para cada resposta
784 de seis minutos do empreendedor e da empresa de consultoria. O que eu quero deixar
785 acordado com vocês é o seguinte, para que a gente possa ter uma participação igualitária de
786 todos, uma participação equânime, que todo mundo possa falar e colocar suas dúvidas e
787 manifestações, a gente vai dar exatamente três minutos para todo mundo. Fica a critério dos
788 senhores, usar menos do que três minutos. Mas com três minutos, a gente vai cortar o
789 microfone para que a gente possa ter certeza que todo mundo teve exatamente o mesmo
790 tempo de fala. Da mesma forma com o empreendedor. O empreendedor, em nenhum
791 momento vai passar dos seis minutos que ele tem direito para responder a cada três
792 perguntas. Todo mundo de acordo? Todo mundo entendeu? Podemos seguir assim?
793 Certo?

794

Eu só queria lembrar a vocês de que, enquanto a gente está tendo audiência, a gente também está recebendo ali junto às meninas, quaisquer documentos que os senhores queiram protocolar ou apresentar ou dúvidas que os senhores queiram apresentar para ser considerados no processo. Estes documentos, se vocês quiserem alguma resposta da empresa sobre alguma questão específica de vocês, vocês coloquem ali as perguntas de vocês com contato. Seja e-mail, seja endereço ou telefone, para que a gente possa determinar que a empresa lhes responda, conforme as perguntas que vocês apresentarem.

Então também tem essa possibilidade, se você tiver alguma dúvida, quiser apresentar, apresenta ali para as meninas na mesa que a gente encaminha depois da audiência para o empreendedor e ele vai ter um prazo para responder vocês nos contatos que vocês deixarem. Se vocês não quiserem deixar contato, a gente vai orientar que o empreendedor apresente essas respostas no processo de licenciamento. Aí fica lá registrado, caso vocês queiram ter contato é só entrar em contato também com a DGR que elas orientam vocês como ter contato com essas respostas.

Então sem mais delongas. Vamos fazer então o primeiro bloco de perguntas. Como é que eu vou fazer? Eu vou ler as três pessoas que estão selecionadas para aquele bloco de perguntas. Vocês podem vir aqui para frente para que a gente já tenha de uma maneira mais ágil que aconteça esses blocos. E aí. Assim que o empreendedor responder, a gente lê novamente as três pessoas. E assim a gente segue. Quaisquer dúvidas é só direcionar ali na mesa, que a gente responde para vocês. Então para este primeiro bloco a gente tem 18 inscritos. Mais uma pergunta por inscrito. Então vão ser seis blocos. Para o primeiro bloco eu gostaria de convidar a senhora Aline de Matos Tavares, da UFMG, do Gesta. A Priscila Ramos, que também é do Gesta. E o Danilo Borges, que é vereador de Araçuaí. Já vou adiantar Aline, já vou informar do seu vídeo, pode ser? A Aline pediu a reprodução de um vídeo, que é no lugar da fala dela. Como o vídeo tem quase três minutos, a gente vai passar o vídeo e em seguida a gente segue para a Priscila Ramos e para o senhor Danilo. Então podem abrir o vídeo. Lembrando que vai ficar ali em cima o prazo, todo mundo está vendo ali os três minutos. Então fica ali para todo mundo conferir direitinho e a gente vai conduzindo junto com vocês. Então se puderem soltar o vídeo, por gentileza ...

[Vídeo solicitado por Aline de Matos Tavares]

“Quais dessas realidades você prefere? Pilhas de rejeito a menos de 100 metros da sua casa? Ou manter preservado um bem fundamental para todos nós? A Chapada do Lagoão está ameaçada! Localizada no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, a Chapada é uma área preservada pela Lei Municipal nº 89/2007. Considerada a “caixa d’água” de Araçuaí, a APA é uma área de relevante interesse ambiental para a região, mas essa realidade está prestes a mudar. Em nome da transição energética, o avanço da mineração predatória agora coloca em risco a APA do Lagoão e as comunidades que ali vivem há gerações. A mineradora Atlas Lítio, que hoje opera em 116 hectares já licenciados pela FEAM-MG, agora quer ampliar o ‘Projeto Anitta’ e avançar sobre a Área de Proteção Ambiental (APA) do Lagoão. Em dezembro 2024 a Atlas apresentou requerimento de licença para mais que triplicar essa área! Área esta que equivale a mais de 100 campos de futebol! Ou seja, comunidades locais terão de conviver com: explosões diárias, poeira, ruídos intensos, falta de água, destruição da paisagem, danos à biodiversidade. Além da terra, a água também está em risco. De onde sairá a quantidade gigantesca de 850 mil litros por dia necessária para a mineração? Como fica a população que já enfrenta estiagens severas? Como muitas mineradoras, a Atlas usou o licenciamento por etapas para facilitar a aprovação. Dividiu o projeto em partes menores, ocultando o impacto

total. Com a expansão do Projeto Anitta, a Atlas terá um faturamento bruto anual de quase 12 bilhões de reais! A expansão do Projeto Anitta prevê a extração de mais de 1 milhão de toneladas de minério de lítio por ano. A mina irá funcionar 24h por dia, 7 dias por semana, durante pelo menos 8 anos. Mas para as comunidades, os impactos durarão muito mais: durante esses 8 anos, explosões diárias, poeira e riscos constantes farão parte da rotina. E depois? O que fica para as comunidades? Os empregos são temporários! E o próprio EIA/RIMA da Atlas admite: 'Não haverá novas vagas na operação da expansão.'. As comunidades quilombolas e indígenas não foram consultadas, violando direitos garantidos por lei. A Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2003, garante o direito à consulta prévia. Esse tratado tem força de lei e defende a cultura, a organização social e os direitos dos povos tradicionais. Ainda há tempo para agir! Precisamos exigir transparência, participação e respeito aos direitos das comunidades. A defesa do Vale do Jequitinhonha é nossa responsabilidade! Compartilhe este vídeo e ajude a espalhar essa mensagem!"

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Obrigada Aline pelo vídeo. Gostaria de chamar a senhora Priscila. Obrigada Priscila, bem-vinda. Você tem três minutos.

Priscila Ramos: Boa noite Eu falo aqui em nome do projeto Liquid, que é um projeto que envolve grupos de pesquisas de quatro universidades, sendo elas a LSBU, da Inglaterra; a Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG; a Universidade Estadual de Montes Claros, Unimontes e a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha em Mucuri, a UFVJM. A nossa equipe que é formada por pesquisadores e professores. Ela analisou os estudos, os documentos entregues pela consultoria contratada pela Atlas. E o que foi verificado é que existem muitas lacunas. Então a gente preparou uma Nota Técnica, que identifica uma série de irregularidades, tanto no processo do licenciamento ambiental até a falta da efetividade e qualidade da avaliação de impactos, que da forma que está apresentada nos estudos, ela não possibilita uma análise sobre a viabilidade real desse empreendimento. Então eu venho aqui, representando o Liquid. E a gente vai estar protocolando a nossa Nota Técnica e vai estar disponível, mas a gente espera que o empreendedor, então, possa responder essas questões sobre essas lacunas, mas principalmente que esses questionamentos, eles possam contribuir para a elaboração do parecer único que o órgão ambiental vai emitir. Que isso seja considerado. Obrigada.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Obrigado Priscila, o órgão ambiental agradece a contribuição aí. Vereador Danilo, obrigado novamente pela participação, senhor tem 3 minutos.

Danilo Borges: Boa noite a todos aqui presente, me chamo Danilo Borges, engenheiro civil de formação, mestre em Sociedade, Ambiente e Território, estudante do último período de Administração Pública pela UFOP, e Vereador em Araçuaí no segundo mandato. Agradeço inicialmente ao Ministério Público de Minas Gerais pela solicitação dessa audiência, espero que futuros empreendimentos também garantam espaço como este, com participação popular, independente do rito, se a legislação cobre ou não. Gostaria de solicitar esclarecimento sobre os seguintes pontos, primeiro o empreendimento esta inserido na bacia hidrográfica do correio Calhauzinho, o que exige atenção a dinâmica hídrica, por isso a área atingida deve se considerar também as demais comunidades situadas ao longo do percurso do córrego Calhauzinho. Algo que não percebi na apresentação. Dois, quais serão as ações de

monitoramento da qualidade da água especialmente nas comunidades abaixo do empreendimento. Haverá acompanhamento do assoreamento na barragem do Calhauzinho? Destaco conforme relato dos moradores da comunidade passagem da Goiaba, que após o alargamento das estradas no último período chuvoso, uma área de horta foi assoreada em cerca de um metro, o que será feito diante disso? Três, sobre a qualidade do ar, haverá controle da poeira gerada pelas atividades da mineradora? E quanto as vibrações e ruídos, quais medidas estão previstas? Esses dados serão divulgados? Quatro, solicito informações sobre as recomendações do Ministério Público Estadual e Federal, especialmente quanto ao diálogo com as comunidades atingidas e tradicionais, conforme estabelece Convenção 169 da OIT, todos os documentos foram disponibilizados na íntegra? Cinco, por fim, há previsão de contrapartidas sociais concretas para Araçuaí? Os impactos são diversos, e já estamos vivenciando isso, aumento no custo de vida, especulação imobiliária, e sobrecarga no hospital. Registro que o Legislativo Municipal, não foi chamado ao diálogo até o momento, a não ser que eu fui excluído, e ressalto não estou me referindo a CFEM, que é uma compensação financeira que já é garantida em legislação, pela uma questão de um patrimônio, de uma riqueza que está no subsolo, e pertence a todos que estão aqui. Por fim, coloco meu mandato a disposição sempre pro diálogo, para a verdade, independente de qualquer empreendimento. Desde a mineração aos bananeais, todos temos aqui nossas responsabilidades e função a cumprir, eu exijo um pouco de responsabilidade e verdade com esse povo, da mesma forma que a minha autoridade exige também um trabalho sério e digno com quem estou representando. Podem contar comigo, mas eu peço, assim como vocês ou demais empreendimentos, que mantenham o diálogo aberto com os representantes e, principalmente, com a população. Paz e bem.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Muito Obrigado Vereador. Convocar então o empreendedor e a consultoria, fazendo um breve resumo do que foi trazido pelo vídeo e pelo vereador. Principalmente a questão da fonte de água, impacto sobre as comunidades, a dinâmica hídrica e o monitoramento, principalmente, do córrego Calhauzinho? É isso mesmo? Isso. E o assoreamento da barragem do Calhauzinho, como que fica a divulgação desses dados de monitoramento e de acompanhamento? A resposta às questões do Ministério Público Estadual e Federal, no que concerne a consulta às comunidades e a disponibilidade dos documentos que foram citados, e a contrapartida para o município, exceto a CFEM. É um desafio para os senhores, são muitas questões, mas os senhores têm 6 minutos, quem vai começar? Só se identifique, por gentileza, tá certo?

Cecília (WSP Brasil): Tá certo. Boa noite a todos, meu nome é Cecília, faço parte do Corpo Técnico da WSP. Vou tentar responder aqui os questionamentos relacionados ao estudo técnico. Em relação ao impacto da barragem Calhauzinho, não é previsto nenhum impacto, considerando que está há mais de 10 quilômetros da área de intervenção. Esse impacto foi avaliado na nossa avaliação, então a gente chegou a essa conclusão, a essa análise. Em relação ao controle de poeira e ruídos, esse também foi um impacto mapeado, é um impacto real, que deve ocorrer, ele é inerente às atividades de mineração, mas também são propostas medidas de controle de mitigação. Isso também está dentro dos programas que fazem parte do plano de controle ambiental. Citando aqui algumas ações, os caminhões serão lonados, haverá também uso de cascalhamento nas vias para reduzir essa quantidade de poeira nas vias também. Em relação aos ruídos, acompanhamento, manutenção das máquinas para ter certeza de que elas não estão emitindo nenhum ruído acima do esperado, o enclausuramento

de equipamentos sempre que possível, então também essa é uma medida a ser adotada. Dentre outras também, estou aqui fazendo um grande resumo para tentar responder ao máximo. E para todos esses, tanta poeira, ruído e também a questão de qualidade da água são propostos pontos de monitoramento. A gente tem um ponto de monitoramento, sim, no Córrego do Ribeirão Calhauzinho, à jusante da confluência dele com o Córrego São José, então esse vai ser um aspecto que vai ser sim monitorado. Em relação aos outros aspectos...

Hidelbrando (Atlas Lítio do Brasil Ltda.): Boa noite, senhoras e senhores. Meu nome é Hidelbrando, estou como consultor ambiental externo da empresa. Vou responder algumas das perguntas que ficaram pendentes. Vou começar de trás para frente aqui. Primeiro, o senhor vereador, a Atlas está disponível para conversar com o Executivo, com o Legislativo, com a comunidade, com todo mundo. Nós estamos totalmente abertos. A Câmara foi convidada aqui para audiência pública, mas, além disso, a gente já deixa aqui, reforçando que nós estamos dispostos a conversar com todos os senhores.

Sobre documentos disponibilizados, aquele link, a gente seguiu a DN COPAM 225, que ela prevê a necessidade de disponibilizar o RIMA, que é o Relatório de Impacto Ambiental. Além do RIMA, a gente disponibilizou também o EIA, com todos os anexos dele, que é o Estudo de Impacto Ambiental. E, além desses documentos, caso os senhores queiram, a gente pode disponibilizar os outros também. Todos os documentos são públicos. Se solicitar acesso aos autos, vai ter acesso aos autos completos, mas nós estamos nos colocando à disposição aqui para deixar todos os documentos que os senhores quiserem disponibilizados também. Não tem problema nenhum em relação a isso.

Em relação às estradas, só destacar que a obra nas estradas é realizada pela Prefeitura. É óbvio que a Atlas, dentro do processo de licenciamento dela, tem as medidas de controle e de mitigação do transporte, dos veículos que vão ser utilizados, mas a estrada em si, a melhoria que está sendo feita ali, é de competência do Executivo Municipal. Só deixar esse ponto destacado. A estrada ali é uma estrada de uso múltiplo, ela não é uma estrada de transporte de minério, a Lei Ambiental separa isso. Quando é uma estrada de gestão do município, ou do Estado, ou da União, ela é de uso múltiplo e não de competência da Atlas. Acredito que ficou faltando aqui. Impacto no Sistema Público, se o Marco puder vir aqui, por favor.

Marco Aurélio (Atlas Lítio do Brasil Ltda.): Boa noite a todos. Com relação a essa questão dos indicadores, principalmente com relação à questão da população como um todo, essa indicação, a gente tem de forma direta um programa que está previsto dentro do PCA da Atlas, que é o PEMISA, o Programa de Monitoramento dos Indicadores Socioeconômicos. Então, gerar essa base de dados facilita para entender melhor e propor medidas. Então, esse é um ponto, uma ação direta da Atlas. Além disso, a gente tem aí, dentro do processo de licenciamento, o memorando de intenções de parceria público-privada para melhoria do desenvolvimento local. A gente já tem uma relação direta com a questão de segurança pública, com a questão de saúde. Isso já foi discutido com o município de forma direta. A gente sabe que não é uma bandeira só da Atlas, a gente tem esse compromisso junto ao município, porque são ações de utilidade pública, não são ações apenas diretas da Atlas. E, além disso, destacar também, a Atlas já tem diversas ações nesse sentido, diretamente com as comunidades, que estão lá relacionadas de forma direta com o empreendimento.

Está chegando um pouquinho ali o final do tempo, eu queria comentar também, só para comentar sobre o vídeo, acho que a gente entende a preocupação com relação a todas as

comunidades, a gente respeita e sabe, conhece as comunidades, desde as tradicionais, quantas que estão próximas ao empreendimento. Só destacar que, com relação ao vídeo, as imagens não são do empreendimento da Atlas. A Atlas está em processo ainda para iniciar a implantação, que, às vezes, a gente associa aquela imagem com o empreendimento, que ainda não ocorreu sua implantação. E os demais pontos a gente sabe e tem a preocupação com eles, questão indicação pra eles...

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Obrigada. A gente fica para a próxima. Vocês vão ter outras oportunidades. Obrigada, gente. Vou chamar, então, os próximos três inscritos. Bispo Dom Geraldo, por gentileza. Sr. Antônio das Graças Pires, da Comunidade Córrego Fundo. E espero não errar seu nome novamente, Lauanda Lopes, também vai falar pela UFMG. Obrigada, bispo. O senhor tem três minutos.

Bispo Dom Geraldo: Prezados membros da mesa diretora, autoridades aqui presentes, representantes de associações, entidades de classe, diretores de empresa, investidores da área da mineração e todos os que nos acompanham também pelas mídias sociais. Aqui estou como representante da Igreja Católica, presente em 27 municípios da região, que conta com uma população aproximada de 360 mil habitantes. Desde que eu cheguei aqui no Vale do Jequitinhonha, há um ano, eu tenho procurado visitar, conhecer essas realidades. E tenho apresentado apelos em favor da APA Chapada do Lagoão, conforme a lei fixada 89 de 2007. Nós temos compreendido que essa APA é de uma importância tremenda, não somente para o município, mas para toda a região. E causa-me estranheza que essa audiência tenha sido mantida, mesmo com as orientações recebidas do Ministério Público, as justificativas me parecem muito frágeis, mas esse é um assunto para o Ministério. Eu pergunto, como que a Atlas Lítio Brasil articula as suas atividades diante do risco concreto, real, de atingir e interferir nessa APA, que é muito importante para toda a nossa região? Obrigado.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Muito obrigada, Bispo. Sr. Antônio. Pode ficar à vontade. O senhor tem três minutos.

Antônio das Graças Pires: Boa noite a todos, boa noite a mesa. Eu me inscrevi aqui para falar sobre a Barragem de Calhauzinho mesmo, mas o vereador Danilo já fizera uma colocação e muito bem. E eu agora, no momento, só vou reforçar aquilo que ele deixou colocado aqui. Porque a gente está vendo que tem uma equipe técnica que está fazendo o estudo todo da barragem, mas a gente não tem ainda um documento de garantia que essa barragem não vai ser toda assoreada, porque a mineração ela nasce em cima na cabeceira da nascente da barragem. E como a gente é lego, a gente respeita os técnicos, que a gente não teve uma oportunidade de estudar, mas também eu acredito que os técnicos respeitam a realidade da gente como morador da região, que conhece muito bem a região. Porque essa barragem ela foi construída e os técnicos nos falou que ela levaria cinco anos para encher. Mas como a gente não tinha um documento de garantia, ela encheu com três meses.

Então, a gente que tinha a realidade lá do lugar, falou com eles que ela ia encher dentro de um ano. Ela encheu com três meses. Então, por isso, a gente também conhece a região, conhece o potencial de água que nós temos na barragem e é aqui que precisa o senhor saber que essa barragem ela leva água para Aguada Nova, Alfredo Graça, Baixa Quente, Tesoura, Corpo Fundo, Barra do Salitre e Barra do Curuto. Então, ela abastece água quase num terço

de Araçuaí. Sem contar aqui, abaixo aqui a montante, que todo mundo aqui usa dessa água da barragem. E aí, a minha pergunta é essa. A Atlas vai ter um documento de garantia para nós moradores que não precisa ser atingido talvez? Porque nós fomos atingidos pela barragem, para construir a barragem e foi um sofrimento muito grande para a gente poder conseguir as moradias de volta para poder a gente morar. E agora, a gente tem medo. Se a barragem acabar, para onde nós vamos? E que documento vocês vão fazer para garantir que nós não tenha essa água perdida? Obrigado.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Muito obrigado, senhor Antônio. Lauanda. Obrigada pela presença. Você tem três minutos.

Lauanda: Olá, boa noite. Eu sou a Lauanda, sou daqui de Araçuaí. Sou professora, pesquisadora. Atualmente, estou doutoranda em História na UFMG. Também faço parte do Observatório dos Vales Semiáridos do Mineiro. E, juntamente com as meninas ali do GES, também componho, junto com elas, esse projeto de pesquisa chamado Liquid. Falo aqui em nome da realidade que vivemos em nosso município e também com relação a essa nota técnica elaborada pelos pesquisadores desses coletivos, que analisaram com profundidade o projeto de licenciamento. Quero destacar um ponto que deve ser central nessa audiência, que é a área de influência direta da expansão do Projeto Anitta, que atinge a única área de proteção ambiental do município de Araçuaí, que é a APA Chapada do Lagoão, reconhecida por sua biodiversidade e sua importância hídrica para toda a região do Vale do Jequitinhonha.

O próprio RIMA, documento oficial da empresa, admite que haverá um impacto sobre a área de relevância biológica, contrariando a Lei Municipal número 89/2007, que criou a APA. O item 14, anexo 2, dessa lei, é bem claro, não são permitidas atividades de terraplanagem e mineração na APA. Essa proibição está em conformidade com a resolução do CONAMA e com o zoneamento da unidade, que veda esse tipo de atividade num raio mínimo, conforme a lei, no próprio entorno da área de proteção ambiental.

A pergunta que faço aqui é a mineradora está acima da lei? Mais ainda, sendo uma unidade de conservação com um conselho gestuativo, por que esse conselho não foi consultado como uma da legislação? Qual foi a manifestação formal do conselho sobre o projeto e os impactos sobre a APA e as comunidades que dela dependem?

Estamos falando de um risco grave, sobre o comprometimento de corpos hídricos, dispersão de fauna e flora, ameaça direta às comunidades tradicionais que habitam a região e tiram dali seu sustento, sua cultura, seu modo de vida. Inclusive, as comunidades que vivem ali não foram consultadas. E existem comunidades tradicionais que não foram consideradas nos estudos e que sofrerão impactos, principalmente no acesso à água, algo tão caro para nós que vivemos numa região semiárida.

Por estarem à jusante do empreendimento, seguindo o fluxo do Corrego São José e Ribeirão Calhauzinho, o empreendimento atinge diretamente não só esses cursos de água, mas ainda nascentes e demais cursos que alimentam o Rio Calhauzinho e que ajudam a manutenção hídrica da barragem do Rio Calhauzinho. O que acontecerá com as comunidades que são abastecidas por esses córregos e barragens, como a comunidade Baixa-Quente, que não é citada no documento, a comunidade Coruto, Alfredo Graça, várias comunidades citadas aqui pelo Sr. Antônio, parte das comunidades Quilombola Cordo Narciso e outras. Uma vez que esse projeto pretende usar, conforme o próprio documento, considerando todo outro

licenciamento como esse, mais de 800 mil litros de água, o que daria para você ser mais de 500 famílias em um mês. É isso. Obrigada.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Muito obrigada, Lauanda, representante do empreendimento. Resumindo aqui, a gente esteve em bloco citando com grande ênfase a questão da APA da Chapada do Lagoão, como é que a empresa pretende atuar com relação aos impactos diretos na Chapada. Novamente, vocês têm mais um espaço para falar um pouco mais sobre a questão da barragem do Calhauzinho, que eu acho que talvez fosse interessante. E a questão do acesso à água dessas comunidades também que dependem da barragem. Quem de vocês vem? Obrigada. Seis minutos.

Marco Aurélio (Atlas Lítio do Brasil Ltda.): Boa noite a todos novamente. Eu vou comentar de forma direta sobre o comentário do bispo. Agradeço ter trazido essa discussão. Acho que Araçuaí só vive o momento de ascensão de assuntos sobre a APA. Então, de forma direta, inicialmente é bom esclarecer que a Atlas não tem intenção de ir lá no platô, na Chapada do Lagoão. O empreendimento da Atlas deve estar em uma área fora do platô da Chapada do Lagoão, distante das lagoas, que é onde você tem as massas de água. A gente tem ali naquele empreendimento atingindo 0,08% do território que a ata abrange como um todo. E, assim, do ponto de vista de exploração, a gente vê, com base na geologia do lugar, do local da APA da Chapada do Lagoão, a gente não tem uma associação de lítio naquela ocorrência, naquela floração de granitos. Então, assim, de forma técnica, no platô, a gente não vai ter uma associação direta de ter concentração de forma a ter uma empresa que vai explorar a lítio lá no platô da Chapada do Lagoão. Assim como os processos minerais da Atlas, que a gente está com o empreendimento inicialmente ambiental, está fora lá do platô. Tá bom? Então, só para esclarecer esses pontos, era isso. Vou chamar o pessoal também para comentar sobre as partes de impactos. E o Neto vai completar sobre a Chapada também os outros questionamentos.

Hidelbrando (Atlas Lítio do Brasil Ltda.): Boa noite. Complementando em relação à APA, tiveram alguns pontos que foram questionados aqui também. Antes disso, vou só falar um ponto que ficou pendente da última manifestação, senhora presidente, que é o seguinte, nos foi solicitado responder todos os questionamentos do Grupo Liquid. Só manifestar aqui, todos serão devidamente respondidos dentro do processo, seguindo o rito processual. Nós já estamos adiantando aqui que serão todos respondidos. Do MP também, o senhor vereador solicitou todos os questionamentos do MP também, serão respondidos dentro do prazo regimental do DN COPAM 225.

Em relação à manifestação, o senhor Bispo Dom Geraldo, questionou se a APA já foi ouvida, a última manifestante também falou isso. Nós estamos seguindo o que está previsto no Decreto Estadual 47941 de 2020. Essa manifestação, ela é solicitada pelo órgão regularizador com base nas informações técnicas que os estudos apresentam. Então, quando fala que foi previsto no RIMA o impacto, realmente o RIMA está apresentando ali a realidade. E a realidade é que a ADA impacta 0,08% da APA. Por causa disso, tem que ser solicitada a manifestação do órgão gestor. Então, na verdade, o rito processual está sendo cumprido. Dentro do licenciamento, o licenciamento não poderá ser finalizado sem a manifestação do órgão gestor da APA. Então, está seguindo o rito, não é que não foi seguido. É porque o rito é esse mesmo. A gente entrega os estudos, o órgão ambiental vai solicitar a manifestação do

1122 órgão gestor e isso vai ocorrer dentro do processo. Eu vou deixar a nossa colega falar em
1123 relação ao Calhauzinho também, sobre a APA, era isso que eu queria falar. Obrigado.

1124
1125 **Cecília (WSP Brasil):** Boa noite. Falando um pouco mais sobre o impacto em barragem
1126 Calhauzinho, eu queria esclarecer que o abastecimento de água para a expansão do Projeto
1127 Anitta, ele vai ser feito por meio da captação de água subterrânea que já foi autorizada. Então,
1128 nessa etapa do processo, não há nenhum pedido de novas captações. Então, isso é uma
1129 preocupação que não é pertinente a este processo e também relativa ao aproveitamento da
1130 água das cavas. Então, a área de influência dessa captação que já existe e não está sendo
1131 solicitada nenhum outro tipo de captação, ela é restrita à área bem do projeto. Foi feito um
1132 estudo hidrogeomorfológico para ver qual seria a abrangência, até quando, até onde que vai
1133 esse impacto da captação da água. E foi averiguado, foi constatado que esse impacto, ele fica
1134 realmente restrito à área do projeto e não vai afetar outras localidades, poços de outras
1135 pessoas. Então, esse é um impacto que foi avaliado e a gente tem essa conclusão no nosso
1136 estudo. Em relação à barragem Calhauzinho, como eu falei, mesmo ela estando a mais de 10
1137 quilômetros da área do projeto, ela também foi avaliada, esse impacto, e foi constatado que
1138 não existe essa possibilidade, a previsão de carreamento de sedimento para a barragem
1139 Calhauzinho. Do ponto de vista de água subterrânea, como eu falei, não é esperado impacto,
1140 porque ele está realmente restrito à área do projeto. Em relação à água superficial, a Atlas,
1141 ela prevê um sistema de drenagem para as estruturas dela e dentro dessas estruturas de
1142 drenagem existe um SAMP que vai conter esses sedimentos. Então, em relação à
1143 preocupação de carreamento de sedimentos, de assoreamento, existe também uma previsão
1144 de controle, medidas de mitigação para evitar que tenha esse carreamento. Então, eu
1145 acredito que seja isso. A gente também propõe pontos de monitoramento que mesmo com
1146 as questões de mitigação, de correção, há um acompanhamento durante toda a fase de
1147 implantação, operação e fechamento da unidade para que esses parâmetros de água, eles
1148 sejam avaliados e acompanhados. E caso tenha qualquer desvio, a Atlas vai estar aí atuando.

1149
1150 **Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência):** Certinho, obrigada.
1151 Próximo bloco, então, nós vamos contar com as perguntas do senhor Lucas Martins, José
1152 Caldinei Gomes e senhora Elisabeth Francisca. Estão todos aí? O senhor Lucas Martins que é
1153 do MAB, correto? Obrigada pela participação. O senhor tem três minutos.

1154
1155 **Lucas Martins:** Boa noite a todos e a todas aqui presentes. Então, eu sou da comunidade
1156 quilombola Corrego Narciso do Meio, eu estou representando também a comunidade
1157 quilombola Corrego Narciso também. E a pedido do senhor Wanderlei também representar
1158 para a Chapada do Lagoão hoje, que não pôde estar aqui presente devido à filha dele. Tem
1159 que pegar a filha dele na escola. Eu não sei falar de forma técnica, então vou falar da forma
1160 que nossa comunidade se comunica mesmo. Como vários moradores trouxeram aqui, nós dos
1161 quilombos, Corrego Narciso, Arraial dos Crioulos, Baixa Quente, que não é quilombola, mas é
1162 uma comunidade tradicional ali, Passagem da Goiaba. A gente, até hoje, não entendeu ainda
1163 e não tem nenhum documento sobre a Barragem Calhauzinho, citada também pelo senhor
1164 do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daqui de Araçuaí. Nós, movimentos por barragens,
1165 temos sempre uma alegação que somos contra o desenvolvimento do município. A gente não
1166 é contra o desenvolvimento do município, a gente acha que tem que ter participação e
1167 diálogo das comunidades, porque desenvolvimento sem envolvimento da população local
1168 não é desenvolvimento. Voltando para a fala, a pergunta que fica nas comunidades

tradicionais é o envolvimento da Barragem Calhauzinho. Qual o documento que se dá? Porque a gente está falando de uma bacia. Eu sei que tem engenheiros técnicos responsáveis pela área, mas eu nunca vi água correr para cima. E a gente está falando de um rio que deságua dentro da Barragem Calhauzinho, que traz insegurança para toda a população. Por que essa fala? Preocupação da comunidade de Córrego Narciso? Porque a maioria da população de Corrego Narciso hoje é empregada no Bananal, que é abastecido pela água da Barragem Calhauzinho. E isso traz insegurança para as famílias que vivem ali. Insegurança para os moradores que moram aqui no Arraial dos Crioulos e moram abaixo do empreendimento. E, por último, o protocolo de consulta, porque mesmo a comunidade não tando um raio, a gente pertence à Barragem do Calhauzinho. Como pertence à Barragem do Calhauzinho, a gente é prejudicado de forma indireta pelo empreendimento, como cita o Ministério Público. Porque o maior sonho do Corrego Narciso é ter água encanada naquela barragem. A gente está perto de conseguir isso. Mas isso nos traz insegurança, principalmente do uso da água aqui. Junto com a APA, foi feito o Estatuto da Área de Proteção Ambiental da APA, diz que não permite mineração. E outra pergunta que não quer calar na população é qual o envolvimento, e a Atlas pode esclarecer isso, porque estão rolando burburinhos nas comunidades, do envolvimento do município local com a Atlas, principalmente na diminuição da Área da Proteção Ambiental da Chapada do Lagoão. Essa é uma pergunta que todo mundo está na cabeça, e ninguém aqui perguntou. Porque no último mês de fevereiro, foi apresentado um documento lá na Câmara dos Vereadores para redução da tal. E muitos estão fazendo esse ligamento, porque essa redução, no momento que chega o empreendimento, que vai utilizar 0,08% da área da Chapada do Lagoão, sendo que o próprio estatuto da tal não permite mineração. É isso. Muito obrigado.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Obrigada. Sr. José Claudinei, obrigado pela participação. O senhor tem três minutos.

José Claudinei: Boa noite a todos aqui presentes. Eu me chamo José Claudinei, mais conhecido como Dinei, representante da comunidade Quilombola do Giral. Diante das apresentações que eu pude observar ali, o Marco Aurélio apresentando ali, sobre a questão da distância, quando ele citou a comunidade geral em relação à Malhada Preta, que é o setor, Malhada Preta e Giral são a mesma comunidade, só se diversifica pela questão do setor. Ou seja, Malhada Preta também é Quilombo. Sobre a questão do impacto direto e indireto da Malhada Preta, até onde vai acontecer essa atividade minerária, se passar por dentro ali, vai atingir menos que o raio, que é de 5,5 quilômetros, que é um raio de 8 quilômetros que está dentro da lei, que é OIT 169, que atinge o raio de 8 quilômetros. Em relação aos rejeitos também, a minha pergunta em relação aos rejeitos, se no tempo de chuva, esses rejeitos levados pela enxurrada, se não vão flotar diretamente dentro dos rios, como foi dito por outros aqui, e chegar até o rio Calhauzinho, que também é um rio que abastece o rio Araçuaí, que vai afetar o Médio e o Baixo Jequitinhonha também. E a terceira pergunta, quais são as proximidades das comunidades sobre a rota que foi feita antes de tudo, que foi feita uma rota pela Estrada das Neves. Mas a gente vê por dentro ali que é 5,55 quilômetros que está das atividades minerárias. Obrigado.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Obrigada, Dinei. Para fechar esse bloco, senhora Elisabeth Francisca. Obrigada, senhora Elisabeth. A senhora tem três minutos.

1216

1217 **Elisabeth Francisca:** Boa noite a todos. Meu nome é Elisabeth. Eu sou moradora da Passagem
1218 da Goiaba, então eu estou representando a nossa comunidade, porque o meu
1219 questionamento é, porque quando essa empresa passou lá, tinha uns morros que eram
1220 calçados, arrancaram todos os calçamentos. Então, quando chove, nós ficamos presos,
1221 porque nem carro e nem ônibus conseguem passar, porque arrancaram os calçamentos da
1222 estrada. Indiretamente, os minérios, os rejeitos. Quando chover, que vim descer, não vai
1223 afetar a barragem? Como não só a nossa comunidade, mas várias comunidades que
1224 dependem dessa água. Como nós vamos ter outra água? Tem uma solução para nós? Isso nós
1225 gostaríamos de saber. E as pessoas também, os moradores que moram próximo à estrada,
1226 que as casas deles não têm estrutura para isso, não vai ser atingida, não vai abalar. E aí, que
1227 solução vão dar para os moradores que moram ali? Porque quando passaram lá, nós nenhum
1228 foi comunicado. Então, nós fomos atingidos, sim, nas estradas, porque é a estrada que é o
1229 tráfego de todos nós moradores. E quando eles passaram as máquinas lá, tiraram uns
1230 caminhões de terra e de pedra e jogaram na entrada que desce para a nossa comunidade,
1231 onde tem escola, tem ponto de apoio, que precisou. Quando veio o questionamento, aí
1232 tiraram das pedras e jogaram do lado. Mas precisou de alguns moradores, assim como o meu
1233 marido, e alguns moradores foram lá com ferramenta tirar as pedras do meio da estrada,
1234 porque não tinha onde passar com o carro. No início, nem de perto dava para passar. Então,
1235 nós achamos isso uma falta de respeito que foi com nós moradores da Passagem da Goiaba.
1236 Então, nós queremos uma solução. Se esse rejeito de minério descer para lá, como nós das
1237 comunidades, como foi citado aqui, várias comunidades que dependem dessa água para tudo.
1238 Então, se descer esse rejeito, porque a barragem fica embaixo, esse rejeito que descer na
1239 chuva, nós não vamos afetar essa barragem? Como é que vai dar uma solução para nós ter
1240 água para usar? Então, fica a minha pergunta. É aí. E eu agradeço a todos. Uma boa noite.

1241

1242 **Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência):** Obrigada, Sra. Elizabeth.
1243 Como a gente já teve algumas perguntas que têm o mesmo tema, eu vou direcionar um
1244 pouquinho para vocês responderem, talvez para dar mais tranquilidade para aqueles que
1245 estão perguntando. Você já respondeu algumas questões sobre a barragem do Calhauzinho,
1246 mas explicar um pouco melhor o que são esses samps, o que são esses sistemas de drenagem
1247 que vocês estão propondo para evitar que os rejeitos cheguem até a barragem e tratar
1248 também um pouquinho sobre como vocês podem dar mais tranquilidade, dentro dos
1249 programas de comunicação social, educação ambiental, de tratar esses temas, já que eles
1250 estão pedindo um documento que garanta isso. Mas quais são as alternativas de vocês para
1251 ajudar a comunidade a entender um pouco melhor esse sistema e trabalhar isso?
1252 Além disso, confirmar, por gentileza, a distância das comunidades quilombolas, tanto de
1253 Malhada Preta e Giral quanto das outras, tanto da área de intervenção quanto do escoamento
1254 que vocês estão propondo. E com relação à estrada, se vocês tiverem algum retorno para
1255 poder dar também para a senhora Elizabeth sobre essa obra da estrada, se foi vocês, se não
1256 foi, e também o que foi trazido no início, se a Atlas tem algum envolvimento com essa
1257 solicitação de redução que está sendo tratada junto com a Câmara de Vereadores de redução
1258 da APA do Lagoão. Acho que se tem algum risco também de interferência, de abalar a
1259 estrutura da Casa das Pessoas com a aplicação também da produção da Atlas.
1260 É bastante coisa, mas a gente vai ajudando vocês aí, se não tiver sido clara. Obrigada, se puder
1261 se identificar. Seis minutos.

1262

Raimundo (Atlas Lítio do Brasil Ltda.): Boa noite, senhora presidente. Boa noite a todos os presentes. Meu nome é Raimundo, sou da área de engenharia da Atlas. Eu vou falar especificamente, tentar ser mais sucinto para aproveitar o tempo para todas as perguntas sobre a preocupação com a barragem do Calhauzinho, sobre o processo de sedimentação, como funcionam os nossos controles previstos. A gente vai ter as cavas, vai ter as pilhas de rejeito estéril, onde estão previstos os sistemas de controle de drenagem para evitar que qualquer escoamento vá para curso d'água, ele sempre é para interno as nossas pilhas. Você tem *samps*, que são sistemas de controle, são bacias, como se fossem açudes, onde qualquer carreamento de material fino, de material particulado, antes dele atingir o leito do Ribeirão das Almas ou do Corrego São José, melhor dizendo, o Corrego São José, ele fica contido nesses *samps*, nessas bacias. Então esse é um instrumento, além de outros, de monitoramento, como já foi citado pelos nossos técnicos, nós vamos ter pontos de monitoramento de qualidade e quantidade de água antes do empreendimento e depois do empreendimento. E um desses pontos é justamente dentro do Ribeirão do Calhauzinho, para a gente garantir que não está havendo nenhum tipo de atividade que prejudica a qualidade da água do Calhauzinho que vai para a barragem.

Hidelbrando (Atlas Lítio do Brasil Ltda.): Pessoal, só descrever o termo que foi utilizado aqui, um termo que normalmente as pessoas usam, um termo em inglês, que é *samp*. Só para explicar *samp*, para quem não conhece essa parte técnica de sistema de drenagem, nada mais é do que um buraco, onde o sistema de drenagem são as canaletas, a água cai, cai nas canaletas e essas canaletas direcionam essa água para algum local, são esses *samps*. É um buraco feito com toda a técnica, dentro da medida correta, onde a água vai infiltrar de novo para o solo. Só para completar a fala do colega aqui também.

Teve um ponto que foi em relação à lei que está tramitando na Câmara, só para deixar claro que a Atlas não tem vínculo nenhum. Inclusive, nós informamos no nosso estudo, como dito pela própria pesquisadora, que vai ter impacto na APA e nós vamos solicitar, via o protocolo, tudo certinho, a manifestação da APA. Então, todos os nossos estudos estão na linha contrária, estão informando o impacto que vai ter e solicitando a manifestação do órgão gestor. Nos estudos, está na linha contrária. Só para deixar isso bem transparente. Nesse ponto ainda, em relação à lei municipal, é lógico que essa análise é feita pelo órgão gestor, ela foge da nossa alçada, mas naquele artigo que foi lido, ele tem uma observação embaixo que traz os critérios que devem ser seguidos para se licenciar naqueles casos e, é lógico, só vai poder ser licenciado se tiver a manifestação positiva do órgão gestor. Isso é com o órgão gestor, foge da alçada da Atlas.

Em relação às estradas, respondendo, as obras são de competência do executivo, mas é lógico que a Atlas está disponível para fazer qualquer tipo de parceria, qualquer melhoria que puder ser feita dentro do processo legal. A Atlas está disponível, sim. Inclusive, a senhora que manifestou aqui, nós nos colocamos à disposição para receber a senhora, ver o que a gente pode fazer. Mesmo a obra sendo executiva, a gente pode conversar. Nós estamos disponíveis, sim, a ver o que pode ser feito. Sobre a CEDESE, sobre a manifestação do Quilombola, todos os processos que estão sendo realizados, nós estamos seguindo os procedimentos estaduais, como o licenciamento é estadual. Nós estamos seguindo os ritos estaduais. Inclusive, nós temos a manifestação da CEDESE, que é o ente estadual que trata desse tema. E a distância, vocês anotaram a distância certinha para eu passar aqui? Me passa aqui, por favor. Traz aqui, por favor. Só para não errar, não quero arredondar, não. A gente passa a distância certinha.

1309 A distância de Giral está 8.3 e a malhada preta 5.5 quilômetros. 8.3 e 5.5, que foi questionado
1310 aqui.

1311

1312 **Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência):** Deixa eu só complementar
1313 a pergunta. Qual foi a referência que vocês usaram da comunidade para traçar essa distância?
1314 Porque isso talvez ajude a esclarecer essa diferença.

1315

1316 **Hidelbrando (Atlas Lítio do Brasil Ltda):** Do nosso lado foi a ADA, a área diretamente afetada,
1317 que é onde o empreendimento realmente é impactado. E deles? O centro geodésico do
1318 aglomerado populacional.

1319

1320 **Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência):** Então foi da distância da
1321 ADA até o centro. Isso.

1322

1323 **Hidelbrando (Atlas Lítio do Brasil Ltda):** Tem mais algum ponto, senhora presidente, que eu
1324 não me lembrei?

1325

1326 **Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência):** Acho que foi tudo.

1327

1328 **Hidelbrando (Atlas Lítio do Brasil Ltda):** Obrigado.

1329

1330 **Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência):** Sobre a barragem, sempre
1331 que eu tiver algum questionamento, vocês podem trazer, que a gente pergunta de novo, tá,
1332 gente? Não tem problema, não. A gente só tentou direcionar para auxiliar vocês. Podemos ir
1333 para o próximo bloco? Podemos. Beleza?

1334 Vou chamar agora o senhor Warley Alves, a senhora Janine Vitória e a senhora Talita Esteves.
1335 Estão conosco? Boa noite, gente. Senhor Warley, você tem três minutos.

1336

1337 **Warley Alves:** Boa noite a todos. Meu nome é Warley e sou o proprietário da WA Produções,
1338 presto serviço cultural para Atlas. E vim aqui falar sobre a Atlas nessa área social, que é uma
1339 área que em parceria com a comunidade, os eventos de cavalgada, os eventos de shows,
1340 shows musicais, a melodia demonstrada, as tonações, as escolas. Então, é uma área social
1341 bacana. Eu vim por com intuito, de dar meu depoimento. E sei que sempre está a comunidade
1342 nessa área social. Obrigado.

1343

1344 **Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência):** Jamile Vitória? Tá bom.
1345 Obrigada, Jamile. Você tem três minutos.

1346

1347 **Jamile Vitória:** Boa noite a todos. Meu nome é Janine Vitória. Sou daqui de Araçuaí. E gostaria
1348 de compartilhar um pouco da minha trajetória na Atlas. Antes de entrar para a mineração, eu
1349 trabalhava no ramo do comércio, que é uma área que não é muito valorizada, né? Já trabalhei
1350 sem ser de carteira assinada, recebendo bem menos do que um salário-mínimo. Foi ao
1351 começar o curso técnico de mineração no Instituto Federal que enxerguei a chance de
1352 transformar a minha vida. Essa oportunidade veio com a Atlas. Eu entrei ainda no segundo
1353 período do curso como *trainee* e fui muito bem acolhida. Comecei a trabalhar como fiscal de
1354 sonda e fui aprendendo tudo na prática e, ao decorrer do tempo, fui classificada como técnica
1355 em mineração. Mais do que crescimento profissional, o que mais me marcou foi o apoio da

empresa que me fez em um momento muito delicado. Foi quando eu descobri um diagnóstico de aneurisma. Foi onde eu tive suporte total, desde o plano de saúde, que é uma cirurgia que foi muito cara e o plano cobriu tudo. E eu sou muito grata à Atlas por isso, por todo o carinho que teve comigo, durante todo o tratamento e, por isso, eu deixo aqui o meu sincero agradecimento à Atlas. Obrigada por acreditar em mim, por me dar uma chance real e por mostrar que, com carinho e oportunidade, a gente pode ir muito mais longe. Fiquei aqui meu Muito obrigada. Obrigada.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Obrigada Jamile. Senhora Thalita Esteves? Obrigada, senhora. Tem três minutos.

Thalita Esteves: Oi, gente. Boa noite a todos. Meu nome é Thalita. Eu sou daqui de Araçuaí. Assim como muitos de vocês, eu também sou filha do Vale do Jequitinhonha. E como muitos de vocês aqui, eu tenho certeza que já passaram dificuldade, dificuldade talvez financeira, dificuldade em encontrar um bom emprego aqui na nossa região. Eu sou exatamente essa pessoa. Eu já sofri discriminação aqui, sim, no comércio de Araçuaí, sim, por conta da minha aparência, porque, antes, foi muito difícil para eu conseguir o meu primeiro emprego aqui dentro do comércio. Eu tive que praticamente me rebaixar, aceitar, fazer uma proposta, porque eu só queria uma oportunidade de trabalho no qual eu não receberia nenhum salário. Eu só queria ter uma experiência. Porque, infelizmente, ainda nós temos aquela política de que as empresas, até mesmo do comércio, exigem experiência. E como jovem, ele vai ter experiência de trabalho de ninguém nessa oportunidade.

Sou grata, sim, pela empresa que me aceitou, mas a empresa que realmente trouxe mudança na minha vida, que me trouxe dignidade, foi a Atlas. Porque é uma empresa que é justa. Ela é uma empresa que oferece, sim, salários justos, comparado com a nossa realidade, sem eu ter experiência nenhuma na mineração, mesmo eu cursando o curso técnico na época de técnica em mineração, ainda não era formada, mas a Atlas me deu a oportunidade de inserir no programa de *trainee*. Então, ela me deu a oportunidade que é mais valiosa para o estudante, que é de aprender a sua profissão na prática. Porque é uma coisa triste.

Eu estudei, essa é a minha terceira formação técnica, eu tenho dois cursos técnicos, nenhum dos outros dois. Eu tive a oportunidade de atuar na área justamente por falta de empresas que oferecem essa oportunidade para o estudante. É uma coisa triste. Você gasta anos na sua vida. Aqui você tem vários estudantes, eu tenho certeza, o ITEP, foi a instituição que eu estudei. Então, assim, você gasta anos na sua vida para você pegar o seu certificado, enfiar numa gaveta e no final você não exercer a sua formação.

O que a Atlas me trouxe, além de uma dignidade, uma condição de vida melhor, porque infelizmente os meus pais veio da realidade muito humilde, eles não me deram condições, não tiveram, infelizmente, de me dar uma vida um pouco melhor financeiramente. A Atlas me deu com salário digno, com benefícios, com vale alimentação, com um plano de saúde. Então, infelizmente, quantas empresas aqui na região oferecem isso para o colaborador? Eu tenho gestores que são muito humanos. É uma empresa extremamente humana que você tem acesso aos seus gestores, você consegue conversar com eles, é uma empresa que te escuta, não é uma empresa que te oprime.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Obrigada.

Thalita Esteves: Então, assim, agradeço.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Bom, como foi um bloco de manifestações e perguntas, eu vou passar direto para o próximo bloco. Tudo bem? Então, gostaria de convidar aqui o Sr. Rossandro Ramos, é isso mesmo? O Sr. Welpless Moura, se eu tiver lido seu nome errado, já peço desculpa desde já, aí você me corrige, tá? E o Sr. Bruno Coelho. Obrigada, Sr. Rossandro. Bem-vindo. Três minutos.

Rossandro: Boa noite a todos e a todas. Eu sou o Rossandro. É inegável, né? De início eu falo, eu sou alguém que é favorável à mineração. É impossível imaginar desenvolvimento no território como o Vale se não for mineração. Mas mineração tem que ser uma mineração responsável, né? E nessa perspectiva, isso é uma mineração responsável, eu trabalho muito com o conceito da IRMA, que é uma iniciativa para garantia de uma mineração responsável. Organização que tem fora, que está aí pelo mundo. Ela tem quatro princípios. Integridade empresarial, planejamento e gestão do legado positivo, planejamento e gestão, planejamento e gestão do legado positivo, integridade empresarial, responsabilidade socioambiental e responsabilidade ambiental. E uma dimensão que eu acho muito importante, é o planejamento e gestão do legado positivo. O Brasil tem 3.943 minas, hoje, abandonadas, sem solução socioambiental. Minas detêm 22% dessas minas abandonadas sem solução socioambiental. Nos diversos estudos, planos e ações, programas de compensação ambiental, um dos que eu acho mais importantes é o PARFEM, o Plano de Fechamento de Minas. Esse eu acho fundamental, que vai ficar um legado para o território. A primeira pergunta é, ao fazer o PARFEM, não consegui acessar, porque só acessei o IRMA, não consegui acessar o EIA e seus anexos. Foi feito a consulta, construído esse PARFEM com a comunidade, a sociedade foi ouvida? Como vai ser essa discussão com a sociedade? Isso é um debate que não tem, infelizmente, no município. Nós temos que avançar muito, muito, muito isso aqui no município. Se nós quisermos ter uma mineração responsável, tem que ser por este caminho.

Segundo, a IRMA tem padrões, IRMA 50, IRMA 75, IRMA 100. Qual a relação da empresa Atlas com esse padrão de mineração responsável? No Brasil, nenhuma empresa do espaço Lítio ainda tem certificação IRMA. No espaço Lítio, só tem a Ubermari, que é lá da Austrália, e a Bibora, se não me engano.

No Brasil, nós temos outras commodities, mas Lítio, não. Então, essa é uma questão que eu falo. Qual é essa relação que a Atlas possui?

E o que eu faço, por que eu faço mineração responsável? Porque o Sr. Nelson, e o Sr. Marcos, conversando com ele, como eu sou professor, na feira do Lítio Business do ano passado, do ano retrasado, durante três dias, eu vendi R\$ 10 mil. Está aí, eu sou o Marcos, e o Sr. Nelson. Né, Sr. Nelson? Vendi R\$ 10 mil. Veja, isso é mineração responsável. Só faz sentido ter mineração no Vale do Jequitinhonha, se for mineração responsável.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Obrigada, Rossandro. Eu não vou nem errar seu nome de novo. Você fique à vontade para repetir e me ensinar, por gentileza.

Wattles Moura dos Santos: Boa noite a todos. Eu me chamo Wattles Moura dos Santos. Trabalho na Atlas Lítio. Comecei lá em 2022. Assim, vamos contar o diferencial da Atlas. Assim, eu venho da mineração, do ramo de lítio. Trabalhei 26 anos em outra empresa, no mesmo ramo de lítio. Mas, assim, comecei esse projeto desde o início, né, com os meus chefes. O que

me fez, assim, ficar com a, assim, pegar esse projeto, é a interação da Atlas com a comunidade, né. Desde quando eu comecei a trabalhar, eles me deram autonomia para a gente trabalhar unido com a comunidade, né. O que eu levo de legado é essa interação de Atlas e comunidade, né. Tudo que estava, assim, ao alcance nosso, que podemos ajudar de toda maneira, né, com a barraginha, um acesso, uma melhoria de estrada, né, uma ajuda na escola para ir lá fazer algum serviço de limpeza, né. Então, e essa, igual minha colega falou, a Thalita, essa, assim, a sensação de ser humano, né, entre nós colaboradores da Atlas e com a comunidade que a gente trabalha, entendeu. O que eu tenho é só agradecer a Atlas por, depois de 26 anos de outra empresa, não vivenciar esse fator humano, né, que é, né, é muito gratificante você chegar em casa, assim, com um dever cumprido e saber, assim, que você trabalha numa comunidade que está ali junto com você, né. Está o tempo todo, né, assim, trabalhando, né, em consenso, né, um tomando a opinião do outro. Isso é, assim, é o diferencial da Atlas hoje, para mim, entendeu.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Obrigada, Watles. Bruno Coelho. Obrigada, o senhor tem três minutos.

Bruno Coelho: Boa noite a todos. Queria agradecer primeiramente a Deus, minha mãe, que está aí presente, e, como eu já havia dito no vídeo anterior, e agradecer a minha segunda mãe, que é a Atlas, porque, para mim, é uma segunda mãe. Porque, assim como eu, eu acredito que teve muita gente aqui que já sofreu um corte de cana, um... outros serviços pesados, longe da família. Hoje, não. Hoje eu estou vivendo.

Eu trabalho na Atlas, estou com a minha família todos os dias, e nem sou eu, também, não. E, assim como a comunidade das Neves, que tinha uma expediência lá, que sofre, com a falta de água, hoje tem um Poço Estesiano, tem canação pronta com parceria da Atlas, obras feitas em Calhauzinho das Neves, São José das Neves, com parceria da Atlas. Então, eu não acredito que a Atlas está acima da lei, mas sim dentro da lei. Eu não acredito que ela vai operar de uma forma que vai prejudicar a população. Então, quanto da barragem Calhauzinho, quantos quilombolas. Agora, tem uma pergunta que eu vou fazer aqui para todo mundo.

Antes da Atlas chegar, haveria um garimpo acima lá do... do... da nascente que vocês falam que corre na barragem. Usava explosivos, dinamite, que nenhuma entidade questionou isso. Só depois da empresa, então, é que questionou. Tá bom? Então, obrigado.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Obrigada, Sr. Bruno. A gente teve só o posicionamento do Sr. Rossandro, que eu vou só reforçar aqui, com relação ao PAFEM, se ele já está em construção, como é que ele vai ser construído, o desenvolvimento das comunidades, e com relação a IRMA 50, 75 e 100, se a Atlas tem certificação, se está neste caminho ou não. E aí, vocês fiquem à vontade. Só um segundo, né? Só para ele zerar o cronômetro. Combinado. Se não roubam o tempo de vocês, aí não adianta.

Hidelbrando (Atlas Lítio Brasil Ltda.): Primeiro, eu vou começar agradecendo a fala do Sr. Rossandro e a fala de todos os anteriores também. Acho que são pontos pertinentes que a gente tem que responder aqui mesmo. A fala do Sr. foi muito boa. Em relação, primeiro, ao PAFEM, só para a gente lembrar, em Minas Gerais hoje, a questão do fechamento de minas, a gente segue uma deliberação normativa que é a 220 de 2018. O que é que ela fala? Empreendimentos de classe 5 e 6, vamos colocar os empreendimentos maiores, eles têm que apresentar o PAFEM dois anos antes do fechamento. Achei o Sr. aqui, desculpa. Dois anos

antes do fechamento. Então, não estaria no momento processual de apresentar o PAFEM ainda. Mas, mesmo não sendo solicitado, o Sr. vai encontrar uma proposta de PAFEM conceitual nos autos. Então, já existe essa proposta, mas temos tempo de sobra para discutir com o Sr. e com a população toda. Não chegou no momento processual ainda, mas nós já adiantamos isso e até chegar lá dois anos antes vai ter muita proposta, muita discussão para a gente fazer também. Esse PAFEM, ele é analisado pela FEAM também, que os técnicos estão aqui, ele é até um processo administrativo próprio. Ele vai ter audiência pública para escutar, vai ter uma análise do órgão ambiental, vai ter informação complementar. Então, hoje o órgão ambiental analisa o PAFEM como um processo administrativo próprio. Ele é até separado do licenciamento. Mas, desde já, a gente já apresentou uma proposta. Em relação aos certificados, eu estava até conversando, o vice-presidente da empresa, o Joel está aqui, a gente estava conversando com ele, esses certificados, se não me engano, talvez o Sr. até saiba, eles só podem ser obtidos depois da operação, e a gente está em fase de instalação ainda. Mas, desde já, a gente já manifesta que é de interesse da empresa, sim, de obter esses certificados. A gente não consegue obter ele ainda, a empresa não está operando, o Sr. sabe que ela está instalando a sua primeira etapa ainda, mas o objetivo nosso, sim, é correr atrás desses certificados. Obrigado, gente.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Isso aí? Obrigada, Neto. A gente está partindo para o último bloco, gente, de perguntas, e dentro desse bloco tem uma manifestação escrita da Sra. Sebastiana Rodrigues. Então, eu vou iniciar o bloco lendo a manifestação, depois eu passo a palavra aos outros dois participantes, que são a Sra. Joselene Fonseca e a Sra. Célia Margarida, podem vir aqui para frente, enquanto eu faço a leitura da manifestação da Sra. Sebastiana Rodrigues.

A Sra. Sebastiana quer falar ao invés de eu ler, ou eu posso ler? Eu acho que eu vou ler, então. Está ali atrás. Obrigada.

Ela pergunta qual a segurança que a empresa nos dá de que a comunidade quilombola Córrego Narciso não vai ser impactada pelo projeto, visto que o empreendimento está acima da barragem Calhauzinho e acima da nossa comunidade. E a segunda pergunta qual segurança teremos em relação à qualidade da água do Calhauzinho. A nossa comunidade está há mais de 40 anos tentando ter acesso à água, e agora que estamos perto de conseguir esse projeto com a ajuda do Ministério Público, estamos preocupados com os impactos. Ela é do Corrego Narciso, comunidade quilombola. A gente vai juntar com as outras duas manifestações e a gente pede essas perguntas. Obrigada, Sra. Sebastiana. Então, Sra. Joselene, pode ficar à vontade. Obrigada pela participação. A senhora tem três minutos.

Joselene Fonseca: Tá bom. Boa noite a todos e a todas. Como no início do vídeo que foi passado aí, você citou várias comunidades e não citaram a nossa. E nós fomos atingidos, sim, porque vocês falaram que é a Prefeitura que é responsável pela estrada lá. Mas só que a Prefeitura, de uma certa forma, foi lá fazer essa melhoria por conta da mineração. E como a nossa outra colega já tinha falado, a gente tinha dois morros críticos lá na comunidade, que a gente levou anos, foram anos de lutas para a gente tê-los calçados, porque a gente tem acesso à saúde, a tudo aqui em Araçuaí. E, de maneira nenhuma, nós fomos informados, nunca fomos ouvidos. Quebraram nossos canos de água, que, inclusive, vem da barragem do Calhauzinho. Ficamos dias sem água. Quando a gente foi procurar, segundo o responsável, um ficou jogando para o outro, até que a Prefeitura resolveu o problema. Como a gente fala

que é galhos de estrada, como a outra moradora lá da comunidade, eu acho que eu nem me representei, mas é Calhauzinho, Passagem Goiaba, pegaram os entulhos e jogaram nos galhos das estradas. Então, de maneira nenhuma, nós fomos ouvidos e nós estamos antes de Aguada Nova. Antes de atingir Aguada Nova, nós fomos atingidos primeiros. É só isso. Queria agradecer.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Obrigada, senhora Joselene. Só para confirmar, senhora Joselene, é Passagem Goiaba? Passagem Goiaba o nome da comunidade, certo? Senhora Célia.

Célia Margarida: Boa noite. Meu nome é Célia e estou aqui representando a comunidade Calhauzinho das Neves. É uma comunidade ainda que vive muita escassez da infraestrutura, da saúde, educação e também de segurança. E eu gostaria primeiro de agradecer a empresa Atlas, com parceria à Prefeitura Municipal, por ter realizado uma obra lá na nossa comunidade, que foi a construção de alojamento para os professores da Escola Fazenda Diamantina, que era um sonho de nossa comunidade.

Nós também reconhecemos a melhoria da estrada que dá acesso à cidade. Sabemos da importância da exploração do minério e vemos com bons olhos, pois esperamos que esse progresso traga muitos benefícios ainda aos moradores daquela localidade. Por outro lado, nós preocupamos muito com os impactos ambientais e também sabemos que vai tirar a paz e o sossego dos moradores que moram bem próximos à estrada. Devido à grande movimentação de veículos, que a gente sabe que vai acontecer, causando muita poeira e ruídos, principalmente durante a noite.

As empresas estão se instalando, porém nós, os moradores, necessitamos de medidas urgentes que impactam diretamente na qualidade e no bem-estar de nossas vidas. Com relação à estrada, nós pedimos pavimentação e a instalação de redutores, porque a velocidade é muita e está passando muitos carros, muitos veículos durante o dia.

Essa medida já foi solicitada junto à Prefeitura há mais de seis meses e até o momento só ficou na promessa. Enquanto isso, as residências, bar e uma escola que é bem próxima da escola, que é situada bem à margem da estrada, convivem alta incidência de poeira e risco de acidentes. A população pede providências, pois a situação está desconfortável para todos.

E também quanto à segurança, sabemos que essa estrada vai ter grande fluxo de pessoas, que vai passar durante o dia, a noite, nem sempre atrás de trabalho, mas também por outros motivos, como roubos. A preocupação é muito grande, assaltos. E eu gostaria de saber o que a Atlas vai fazer para garantir a paz, a tranquilidade e a segurança desses moradores que moram, igual a minha casa mesmo, não fica nem 100 metros de distância da estrada. É uma preocupação muito grande.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Muito obrigada, Sra. Célia. Acho que as perguntas desse último bloco estão claras, principalmente da Sra. Joselene e da Sra. Célia, com relação aos impactos sobre a Passagem da Goiaba, os impactos relativos à estrada, ao acesso, se essa estrada que ela está se referindo hoje vai ser utilizada para o projeto, se vai ser utilizada uma outra estrada, em sendo utilizada pelo projeto, quais são as medidas que estão sendo propostas entre ruído, poeira e qual é a previsão de movimentação durante o dia e durante a noite também nessa estrada. Acho que é isso.

Hidelbrando (Atlas Lítio do Brasil Ltda.): Novamente, agradecer as manifestações. Em relação à estrada, só para reforçar, lembrando, é uma estrada que a obra está sendo feita de competência da Prefeitura, a Prefeitura vem sendo parceira, sim, a Atlas também tem uma grande parceria com a Prefeitura, mas mesmo não sendo de competência da Atlas, não é a Atlas que está fazendo, novamente, eu queria reforçar aqui que tudo que tiver ao nosso alcance, a gente vai correr atrás e vai poder ajudar. Então, esses problemas podem nos procurar, houve os que já foram dito aqui, a gente já está anotando, já vai correr atrás, se o senhor quiser deixar um contato com a gente também, mas vamos até adiantar. Apesar da obra não estar sendo feita pela Atlas, tem algumas informações que nós temos, que fazem parte do programa, depois que a estrada estiver pronta, ela vai ser 100% cascalhada e pavimentada nos pontos críticos. Então, a obra da Prefeitura prevê isso, o cascalhamento da estrada inteira e pavimentação nos pontos críticos. Sobre velocidade, existem dois programas dentro do IRM, que eles serão cumpridos, um deles é do controle de tráfego, então os veículos da Atlas não vão trafegar em alta velocidade, eles vão ter controle de tráfego, então os veículos da Atlas não vão ultrapassar a velocidade permitida, vai ser tudo controlado e tem, inclusive, também um programa de boas práticas que é complementar a esse programa de controle de tráfego, que é o trânsito legal. Nós temos uma política de educação ambiental que inclui a questão do trânsito também, em relação a isso. Foi dito também, em relação a Calhauzinho, de novo, só lembrar que não está previsto captações na bacia do Calhauzinho, que já foi dito aqui pelos colegas, e tem todas as medidas de mitigação em relação à questão de particulados, e sobre quantidade de caminhões, só deixar claro aqui, vão ser de 12 a 13 caminhões de minério por dia, então, se a gente fizer uma média assim, vai dar mais ou menos um a cada meia hora, vamos falar assim, não é um número de caminhão alto, igual a gente vê em outros casos, assim não, só durante o dia, não vai ser durante a noite também, então vão ser de 12 a 13 caminhões por dia, quer complementar alguma coisa?

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Só te pedir, eu sei que vocês vão complementar, mas com relação a Calhauzinho, só falar se tem algum risco de transbordamento por causa da, acho que talvez seja interessante, porque acho que vocês falaram isso a primeira vez que ficou claro, foi na pergunta da Sebastião, tá? Porque eles estão preocupados, se chegar sedimento que vocês já trataram também se vai transbordar fora o acesso a água. Assoreamento e qualidade já surgiu, mas como isso não foi tratado, pra gente poder falar disso também.

Marco Aurélio (Atlas Lítio do Brasil Ltda.): Boa noite a todos, com relação a questão de ocorrer um risco desse, reforçar que os rejeitos, todo o material da Atlas vai ser empilhado a seco, então a gente não vai ter esse risco de carreamento do material que vai ser empilhado, tanto os rejeitos da Atlas e com relação, acho que existe uma preocupação da comunidade, a gente entende isso, com relação principalmente ao assoreamento, carreamento de sedimentos, a gente sabe que o Ribeirão Calhauzinho ele precisa de ações referentes a APP, tem o Córrego São José, que tá lá próximo ao empreendimento, então assim, a Atlas tem os monitoramentos tanto de água subterrânea, quanto de água superficial, e aí nós estamos falando de qualidade e de quantidade de disponibilidade dessa água, a gente tem aí os estudos que foram feitos, hidrogeológicos, e tem os programas que compõem o PCA, e aí o programa de monitoramento hídrico, e o monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, então esse é um ponto do PCA.

A gente sabe das preocupações, a gente tem de forma direta com as comunidades, a gente analisou dentro dos programas como o de educação ambiental, o DSP, que é o diagnóstico participativo com as comunidades, a gente já tem mapeado dentro dessas comunidades esses impactos, essa preocupação, como a Célia citou aqui do Calhauzinho, desde poeira, ruído, barulho, o fluxo dos caminhões, dos equipamentos da Atlas, e além disso também do uso da comunidade. Então dentro disso a gente tem ações, principalmente de educação, porque a gente vê a necessidade de melhorias aí, de boas práticas, tanto da a=Atlas, quanto também das comunidades, então vem a atividade da educação ambiental, todos os programas, eles têm acompanhamentos da comunidade, de forma trimestral a Atlas tem que trazer esses dados, o comitê de acompanhamento é composto por essas comunidades, exatamente para ver o que a gente está fazendo e como a gente está fazendo da maneira correta. Outro ponto desse envolvimento das comunidades aí de forma direta, essas quatro comunidades, que foi Aguada Nova, São José, das Neves, Neves e Calhauzinho, participou desses momentos dessa discussão, a gente entende a preocupação, como trouxe aqui para a gente o Passagem de Goiaba, a Prefeitura Municipal de forma direta é uma parceira da Atlas e a gente vai trabalhar para melhorar cada vez mais.

A estrada começou na primeira fase, a Prefeitura vai vir com a segunda fase, a Atlas tem intenção de melhorias com relação à drenagem, com relação a esses acabamentos, a Atlas é uma parceira aí com relação a essa questão de água, inclusive levando água encanada, igual Neves, São José, que está ali próximo, a gente tem esse apoio, Aguada Nova agora vai ter água encanada também aí, Neves está em processo, tudo em parceria Atlas e parceria institucionais com a Prefeitura. Então esse compromisso é da Atlas. E a estrada, a gente sabe que existe ali, indo para Aguada Nova, tem Passagem Goiaba que vai sentido Baixa-Quente, é um outro trecho da estrada, quando a Atlas chega ali próximo, a barragem do Calhauzin, a gente desvia do lado esquerdo e vai sentido Aguada Nova, mas isso a gente sabe, tem mapeado pela Prefeitura, inclusive com o intuito de melhoria de acesso até Baixa-Quente, realmente precisa fazer acabamentos, precisa fazer melhorias, a Atlas está aberta a essa parceria e dizer que todos os impactos foram...

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Quase que deu!

Mas a gente acabou de qualquer maneira a nossa fase de perguntas e a gente passa para a fase de encerramento agora, a gente tem algumas considerações, mas como o Ministério Público continua ausente, a gente teria 10 minutos para o solicitante e 10 minutos para a empresa concluir. Eu já vou passar os 10 minutos da empresa, que vocês poderiam fazer o encerramento, se quiserem ainda complementar algum questionamento, se quiserem usar menos tempo também fiquem à vontade, e aí a gente passa para o encerramento oficial.

Hidelbrando (Atlas Lítio do Brasil Ltda.): Antes de caminhar para o fechamento, acredito que ficou um tema pendente aqui, se tiver ficado outro a gente pode responder também, que é a questão do transbordamento da barragem, de assoreamento. Só para a gente lembrar como que funciona essa questão de assoreamento de barragem. Qualquer rio tendo barragem ou não, é natural vamos pensar numa situação que não tem uma mineração, o carreamento de sólidos é natural do processo de um rio, por isso que extração de areia, por exemplo, boa parte delas é feita no rio, boa parte delas é feita ali do lado dos rios, porque é natural de uma água correndo ela levar particulados.

Então todas as barragens, lembrando que a gente está no cenário ainda que não tem mineração, ela tende a assorear com o tempo, todas. É óbvio que se existir uma mineração

mal-feita, a montante dela, que jogar particulados no rio, vai acelerar o processo de assoreamento dela. O que que os nossos colegas técnicos aqui estão falando desde o início? O projeto da Atlas foi feito para que não ocorra o carreamento de sólidos para o rio. Tem todos os sistemas de controle para que isso não ocorra. E nem é de mitigação, é de controle mesmo. Lembrando, mitigação é aquilo que você faz para diminuir o impacto. O controle é aquilo que você faz para que o impacto não ocorra. Então, dentro dos estudos da Atlas, estão previstas medidas de controle para que não chegue carreamento de sólidos no rio e, consequentemente, na barragem. Então, não existe o perigo com as medidas de controle sendo implementadas ou que será feito, não existe o perigo de carreamento de sólido pela Atlas para chegar na barragem. Mas, essa barragem vai ser assoreada, todas as barragens são natural, todos os rios são, isso é natural. Nasce o projeto da Atlas, tem todas as medidas de controle para que ele não acelere esse processo natural de assoreamento. Por isso, todas as barragens, elas têm que ter, aí no caso, isso é feito dentro do licenciamento da própria barragem de Calauzinho, ela tem que ter medidas de desassoreamento, normalmente é feito com uma draga, de tempos em tempos, eles colocam uma draga que retira aquele material da barragem, voltando a barragem ao seu volume natural de água. Então, independente, tendo Atlas, não tendo Atlas, essa barragem, ela vai ter que passar pelo processo de desassoreamento, que é um processo natural. Então, respondendo, não tem o perigo de causar um transbordo, um assoreamento mais sério, por causa do projeto da Atlas, não.

Marco Aurélio (Atlas Lítio do Brasil Ltda.): Para finalizar, gostaria de agradecer a todos pela presença, destacar que a Atlas, de forma direta, tem compromisso em cumprir toda a legislação pertinente. Minas Gerais tem uma das legislações mais completas ambientais, hoje, é referência, não só aqui no Brasil, mas como no mundo. Então, quando se trata de padrões de qualidade e exigências legais, a gente tem, realmente, que cumprir, e é muita coisa. Inclusive, eu estou aí, juntamente com toda a equipe, há quase dois anos, e a gente trabalhando só com licenciamento ambiental para o empreendimento acontecer. Então, não é da noite para o dia, não é algo simples. Só quem acompanha e passou pelo dia a dia, junto com as comunidades, porque as comunidades fizeram parte disso também, na identificação dos impactos, das melhorias que precisa, desde o cascalhamento a um calçamento, dos trechos que são importantes. Então, participativo com essas comunidades fora desde o atendimento às demandas, às parcerias público-privada, a gente sabe que tem pontos de melhoria e de atenção, mas a Atlas tem o compromisso com essa prática de uma mineração sustentável, ética, justa, e eu acho que o caminho da mineração, não só no contexto da Atlas, mas como um todo, para Araçuaí e região, é a gente trabalhar da maneira correta e de como fazer. Qual é a melhor forma? Como a gente vai fazer? O não pode já está muito mais ultrapassado. Então, hoje, o que a gente discute é esse equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável, a convivência com as comunidades. A gente sabe da importância disso e vocês podem ficar tranquilos que o compromisso da Atlas é o de como fazer e da melhor forma possível. Muito obrigado a todos, uma boa noite e um bom retorno. Joel vai dar uma palavrinha para vocês também.

Joel Monteiro (Atlas Lítio do Brasil Ltda.): Boa noite a todos. Meu nome é Joel, eu sou vice-presidente da Atlas, estou aqui acompanhando os trabalhos desde 2021, iniciando aqui a jornada da Atlas aqui em Araçuaí. Eu queria ressaltar o compromisso da Atlas com o que foi principalmente falado pelo professor Rossandro, com essa mineração sustentável. A gente tem investido muito nos estudos ambientais com uma consultoria que é uma referência tanto

no Brasil, quanto fora do Brasil, e a gente não mede esforços para que esses estudos sejam feitos, para que a realização seja atendida, que a comunidade seja ouvida e que ela participe, que esse licenciamento, esse empreendimento, ela se sinta inserida dentro do contexto do empreendimento. Queria também agradecer a oportunidade de conhecer algumas autoridades, como o vereador Danilo, a gente ainda não teve a oportunidade de conversar pessoalmente, acredito que aqui foi uma ótima oportunidade, uma abertura para poder ter um diálogo com a Câmara, que eu acho que isso também é relevante, acho que é extremamente importante para o momento que a Atlas está vivendo, para o que a Atlas quer consolidar dentro do município, de ser uma referência de uma empresa que dialoga com o Executivo, que dialoga com o Legislativo, para somar com vocês dentro do que for melhor para construir para o município, pensando no desenvolvimento e pensando na mineração que a gente tanto fala que de ser responsável. Agradecer a FEAM pela condução da audiência, pela organização, e desejar a todos um bom retorno para suas casas e que Deus nos abençoe.

Ludmila Ladeira Alves de Brito (FEAM – Presidente da Audiência): Obrigada a todos.

Encerrando essa fase dos procedimentos da audiência, eu gostaria de lembrar aos senhores que a FEAM recebe quaisquer documentos que os senhores quiserem apresentar em até cinco dias úteis após a audiência, por meio desse e-mail, é só enviar que a gente repassa a empresa para resposta, e isso vai ser considerado na elaboração do parecer único. Parabenizar a participação de vocês, uma participação super qualificada. Agradecer por nos ajudar a manter esse ambiente cordato, esse ambiente tranquilo para a gente discutir e declarar então agora às 21h11, encerrada a audiência pública da Atlas.

Muito obrigada novamente e até a próxima, pessoal.